

RELATÓRIO

MPAL

GESTÃO INSTITUCIONAL 2024 - 2025
Ministério Público do Estado de Alagoas

www.mpal.mp.br

EFICIÊNCIA, ECONOMIA
E MODERNIZAÇÃO

NOMEAÇÃO DE
NOVOS SERVIDORES

ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO



Relatório de Gestão Institucional 2024-2025

Publicação do Ministério Público do Estado de Alagoas

Procurador-geral de Justiça

Lean Antônio Ferreira de Araujo

Subprocurador-geral Administrativo-Institucional

Walber José Valente de Lima

Subprocurador-geral Judicial

Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá

Subprocurador-geral Recursal

Humberto Pimentel Costa

Colégio de Procuradores de Justiça

Lean Antônio Ferreira de Araújo

Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá

Walber José Valente de Lima

Vicente Felix Correia

Eduardo Tavares Mendes

Valter José de Omena Acioly

Denise Guimarães de Oliveira

Maurício André Barros Pitta

Isaac Sandes Dias

Sérgio Amaral Scala

Helder de Arthur Jucá Filho

Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Silvana de Almeida Abreu

Luiz José Gomes Vasconcelos

Sandra Malta Prata Lima

Maria de Fátima de C. Albuquerque Vilela

Humberto Pimentel Costa

Péricles Gama de Lima Filho

Luciano Romero da Matta Monteiro

Conselho Superior do Ministério Público

Lean Antônio Ferreira de Araújo

Eduardo Tavares Mendes

Maurício André Barros Pitta

Valter José de Omena Acioly

Isaac Sandes Dias

Kícia Oliveira Cabral Vasconcellos

Hélder de Arthur Jucá Filho

Gestão administrativa

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça
Ivaldo da Silva

Secretário do Conselho Superior
Wladimir Bessa da Cruz

Corregedor-geral do Ministério Público
Eduardo Tavares Mendes

Corregedor-geral Substituto
Luiz José Gomes Vasconcelos

Ouvidor-geral do Ministério Público
Maurício André Barros Pitta

Ouvidor-geral Substituto
Isaac Sandes Dias

Diretor do CAOP
José Antônio Malta Marques

Diretor do COMPOR
Valter José de Omena Acioly

Coordenador do NGI/SI
Hamilton Carneiro Júnior

Coordenador do GAECO
Napoleão José Calheiros Correia de Melo Amaral Franco

Coordenador do GAESF
Cyro Blatter Moreira

Coordenador da Assessoria Técnica da PGJ
Luciano Romero da Matta Monteiro

Chefe de Gabinete
Humberto Henrique Bulhões Barros Paula Nunes

Assessor Especial do Procurador-Geral
Edezildo Santos Andrade

Diretor da Escola Superior do Ministério Público
Marcus Rômulo Maia de Mello

Diretor-geral
Carlos Eduardo Ávlia Cabral

Diretor de Apoio Administrativo
Ivan de Holanda Montenegro

Diretora de Programação e Orçamento
Jamille Mendonça Setton Mascarenhas

Diretor de Contabilidade e Finanças
Arthur Tavares de Carvalho Barros

Diretora de Recursos Humanos
Dilma Alves de Queiroz

Diretor de Tecnologia da Informação
Marcel de Castro Vasconcelos

Diretora de Comunicação
Janaina Ribeiro Soares

Diretora da Controladoria Interna
Priscilla Gonçalves Tenório Lins Teixeira

Consultora Jurídico-Administrativa
Elenise Daudt Tenório de Souza

Produção editorial

Janaina Ribeiro Soares

Diretora de Comunicação Social
Jornalista Responsável - MTB 757/AL

João Alcides de Sá Cerqueira

Coordenador de Comunicação Social

Thiago Henrique Ferreira

Assessor de Publicidade

Flávia Pâmela de Lima

Assessora de Comunicação Digital

Dulce de Araújo Melo

Assessora de Comunicação Interna

Camila Alcides de Sá Cerqueira Albuquerque

Assessora de Comunicação Audiovisual

Diego Henrique Barros Melo

Assessor de Comunicação Audiovisual

Anderson Macena Cavalcante

Assessor de Memória Audiovisual

Claudemir dos Santos Mota

Assessor de Memória Fotográfica

Marília Lemos Braz

Estagiária de Design

Bárbara Juliana Barros dos Santos

Estagiária de Design

Sumário

Palavra do Procurador-Geral	07
Colégio de Procuradores de Justiça	08
Aumento da participação feminina no Colégio de Procuradores de Justiça	09
Conselho Superior do Ministério Público	10
Atuação do Procurador-geral de Justiça	11
Processos e demais procedimentos	12
Procuradorias Cíveis e Criminais	13
Corregedoria-geral	15
Ouvidoria	17
Centro de Apoio Operacional	18
Compor	20
NGI/SI: Inteligência, segurança e estratégia	21
Premiação CNMP	23
Gaeco	25
Gaesf	27
Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica	32
Escola Superior do Ministério Público	34
Investimentos gerais e gestão administrativa	39
Seção de Engenharia	40
Recursos Humanos no MPAL	42
Novos servidores nomeados	44
Os avanços na área de tecnologia e informação	45
Assessoria de Cerimonial	47
A comunicação social e a relação com a sociedade	50
Assessoria militar e a segurança do Ministério Público	52



Palavra do PGJ

O Ministério Público do Estado de Alagoas exerce missão essencial à Justiça e à própria democracia. A Constituição lhe confiou a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Transformar esse compromisso em resultados concretos para a população, contudo, exige mais do que atribuições formais: requer independência funcional, responsabilidade institucional e, sobretudo, união. É com esse espírito coletivo que temos conduzido nossa atuação.

Administrar uma instituição permanente como o Ministério Público significa cuidar de suas bases com seriedade e visão de futuro. Equilíbrio fiscal, orçamento responsável e fluxo financeiro estável não são apenas indicadores contábeis, são condições que asseguram continuidade, previsibilidade e segurança para que membros e servidores desempenhem suas funções com tranquilidade e excelência. A solidez construída ao longo das últimas gestões permitiu não apenas manter a instituição funcionando, mas avançar de forma consistente e histórica.

Cada conquista alcançada é fruto de planejamento, diálogo permanente e respeito às instâncias deliberativas. Mais do que decisões administrativas, foram escolhas compartilhadas. A nomeação de novos servidores, a reestruturação da carreira administrativa e a organização de concurso público para recomposição e ampliação do quadro efetivo nasceram da escuta, da construção conjunta e da convicção de que fortalecer pessoas é fortalecer a própria instituição. Esses passos representam investimento direto na capacidade de resposta do Ministério Público em todas as regiões do estado.

Nada disso teria sido possível sem o comprometimento incondicional de membros e servidores. Foram eles, com dedicação diária, senso de pertencimento e espírito público, que tornaram viável a modernização de processos, o aprimoramento de rotinas e a ampliação da eficiência administrativa. A evolução institucional do Ministério Público de Alagoas não é obra de uma gestão isolada; é resultado de um trabalho construído a muitas mãos, sustentado pela confiança mútua e pela cooperação.

A estabilidade administrativa também assegurou avanços importantes na valorização interna: política remuneratória regularmente ajustada, quitação de passivos institucionais, manutenção do pagamento anual de férias indenizáveis e readequação legal de verbas indenizatórias decorrentes do acúmulo de funções, sempre com estrita observância da legislação. Buscamos garantir tratamento equânime no acesso a atividades extraordinárias e implementamos o PROAF – Programa de Apoio

Funcional, reafirmando que cuidar das pessoas é condição indispensável para servir bem à sociedade.

Também tivemos os investimentos estratégicos em tecnologia da informação, que foram discutidos e aprovados nos comitês competentes, ampliando os processos de eficiência, transparência e governança. Para além disso, o fortalecimento dos órgãos de investigação, como GAECO e GAESF, a aquisição de equipamentos voltados ao enfrentamento das organizações criminosas e o incentivo à formação continuada por meio da Escola Superior são expressões de uma instituição que evolui porque aprende, compartilha conhecimento e trabalha de forma integrada.

Na infraestrutura, avançamos com a construção do novo prédio de Delmiro Gouveia, a reforma de unidades existentes e a entrega de espaços estratégicos, proporcionando melhores condições de trabalho e atendimento à população. Mantivemos diálogo institucional permanente com Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas, sempre preservando a independência do Ministério Público e fortalecendo a cooperação em favor do interesse público.

A criação, por lei, do COMPOR está ampliando os caminhos para soluções consensuais e para a implementação de políticas públicas estruturantes. A reestruturação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça, com novos núcleos especializados, prepara a instituição para responder à crescente complexidade das demandas sociais. E a ampliação legal do quadro de servidores efetivos, que será provida após a conclusão do concurso público, consolidará essa trajetória de fortalecimento.

Consciente de seu caráter essencial e permanente, a administração do Ministério Público de Alagoas adota como método a escuta ativa e como prática a construção coletiva. Cada resultado alcançado carrega a marca do esforço compartilhado, da dedicação silenciosa e da responsabilidade assumida por todos que integram esta instituição.

O êxito é verdadeiramente coletivo. Ele é de cada membro e de cada servidor que acreditou, colaborou e trabalhou para que avançássemos com segurança e responsabilidade. Que sigamos unidos - gestão, membros e servidores - certos de que, quando caminhamos juntos, somos capazes de transformar desafios em conquistas e de servir à sociedade alagoana com ainda mais qualidade, compromisso e humanidade.

Lean Araújo
Procurador-geral de Justiça



Reunião do Colégio de Procuradores de Justiça

Colégio de Procuradores de Justiça edita 82 resoluções em dois anos

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas, cabe ao Colégio de Procuradores (CPJ) opinar, por solicitação do procurador-geral de Justiça ou de um quarto dos seus integrantes, sobre matéria relativa a autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional. O colegiado também pode propôr, à chefia da instituição a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na lei orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais.

O CPG é composto por Lean Araújo, Sérgio Jucá, Walber Valente de Lima, Vicente Felix, Eduardo Tavares, Valter Acioly, Denise Guimarães, Maurício Pitta, Isaac Sandes Dias, Sérgio Scala, Helder Jucá, Kícia Cabral, Silvana Abreu, Luiz Vasconcelos, Sandra Malta, Maria de Fátima Vilela, Humberto Pimentel, Péricles Gama e Luciano Romero. E esses 19 membros, durante o biênio 2024/2025 editou 82 resoluções, após a realização de 51 reuniões ordinárias e 19 extraordinárias.

Ao todo, ele é composto por oito comissões: Comissão Permanente de Assuntos Institucionais

e Administrativos, Comissão Permanente da Infância e Juventude, Comissão Permanente do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, Comissão Permanente de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência, Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Fundamentais, Comissão Permanente de Memória Institucional do Ministério Público, Comissão Permanente do Meio Ambiente, Comissão Permanente de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental. Esta última, inclusive, é responsável pelo Cantus Legis, o coral do Ministério Público, instituído pelo Ato PGJ nº 11/2025.

Dentre as principais decisões do Colégio neste último biênio, está a autorização para a realização do concurso público do órgão, que está regido pelo Edital nº 01/2026, e prevê o preenchimento de vagas imediatas e a formação de cadastro de reserva para cargos de técnico e analista do quadro permanente do MPAL.

Apresentação do Coro Cantus Legis do MPAL





Posse das novas Procuradoras de Justiça

Participação feminina avança e fortalece decisões no Colégio de Procuradores do MPAL

No biênio 2024/2025, o Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas registrou a maior presença feminina de toda a sua história. Das 19 cadeiras que compõem o órgão máximo deliberativo da instituição, cinco são ocupadas por mulheres: Denise Guimarães, Kícia Cabral, Sandra Malta, Silvana Abreu e Fátima Vilela, e metade das comissões vinculadas ao colegiado tem presidência feminina, evidenciando o avanço da representatividade também nos espaços estratégicos de condução institucional.

A maior participação feminina assegurou diversidade de perspectivas nas deliberações e fortaleceu a sensibilidade institucional diante das demandas sociais submetidas ao órgão máximo do MPAL. Para a atual gestão, a presença das mulheres em espaços estratégicos de decisão tem contribuído para uma atuação mais plural e alinhada ao processo de transformação social, reforçando o protagonismo feminino nas instâncias superiores do sistema de Justiça.

E metade das oito comissões vinculadas ao Colégio também é presidida por mulheres. A Comissão Permanente de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência é conduzida por Silvana Abreu; a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Fundamentais, por Denise Guimarães; a Comissão Permanente de Memória Institucional do Ministério Público, por Kícia Cabral; e a Comissão Permanente de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental, por Sandra Malta.

E o cenário dialoga com recentes mudanças na composição institucional. Em setembro de 2025 e em janeiro de 2026, respectivamente, duas procuradoras deixaram o MPAL. Marluce Caldas foi nomeada ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Neide Camelo se aposentou, ambas após quase quatro décadas de atuação no MPAL.



Posse da procuradora de Justiça Fátima Vilela



Reunião do Conselho Superior do Ministério Público

Conselho Superior atuou em mais de cinco mil procedimentos

O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) é um órgão da Administração Superior que tem como competência indicar ao procurador-geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos à remoção e à promoção por merecimento, eleger os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira, elaborar as listas sêxtuplas, indicar o nome do mais antigo membro para a remoção ou promoção por antiguidade e aprovar os pedidos de remoção por permuta entre promotores e procuradores.

É ele que também tem autonomia para decidir sobre o vitaliciamento de membros e determinar, por voto de dois terços de seus integrantes, a disponibilidade ou remoção de membros, por interesse público e conveniência do

serviço, assegurada ampla defesa. O Conselho ainda aprecia os pedidos de arquivamento de inquéritos civis públicos.

O CSMP, que no biênio 2024/2025 realizou 80 reuniões ordinárias, é integrado pelos procurador-geral de Justiça, Lean Araújo, pelo corregedor-geral Eduardo Tavares, pelo ouvidor Maurício Pitta, e pelos procuradores de Justiça Valter Acioly, Isaac Sandes Dias, Kícia Cabral e Hélder Jucá. Para eles, foram distribuídos 5.102 procedimentos oriundos dos promotores de Justiça. Para além disso, o colegiado autorizou 50 editais de promoção e remoção.

Reunião do Conselho Superior do Ministério Público

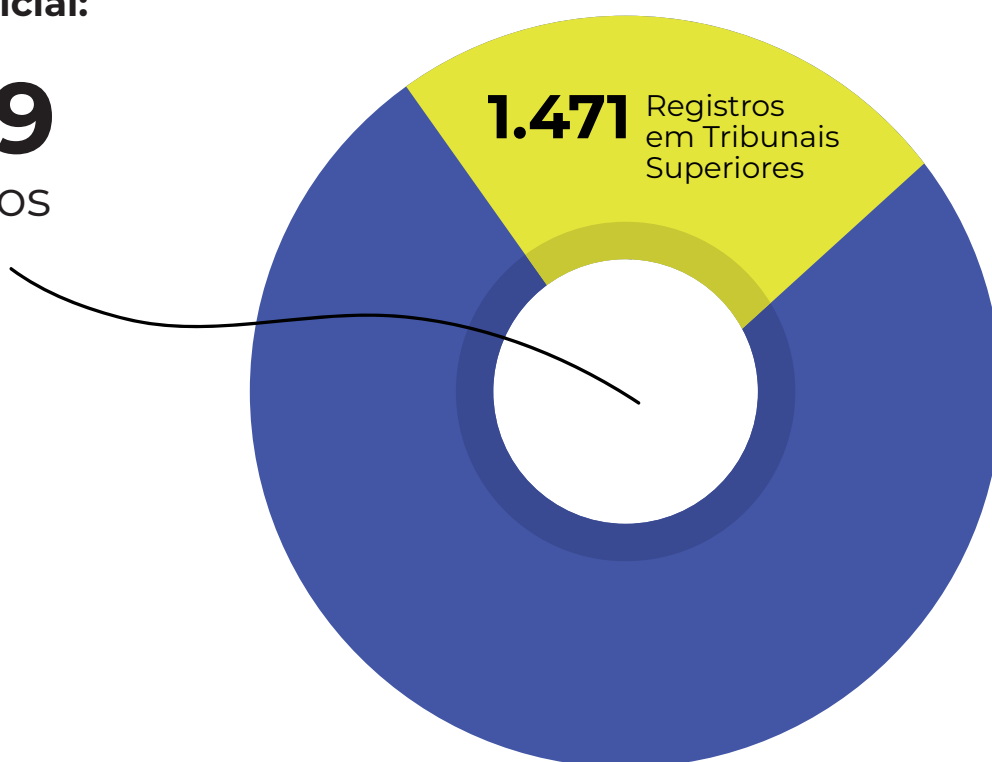


Produtividade recorde e presença institucional ampliada: atuação processual alcança milhares de movimentações em 2025

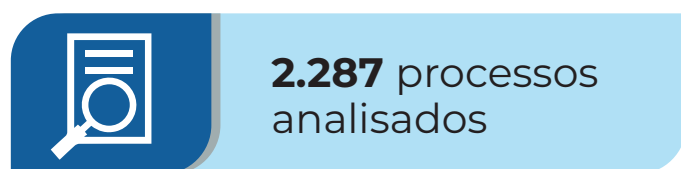
A Procuradoria-Geral de Justiça, com o apoio da Assessoria Técnica, atuou em milhares processos judiciais perante o Tribunal de Justiça de Alagoas, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

Esfera judicial:

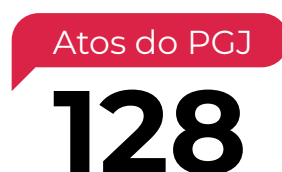
9.519
processos



Esfera extrajudicial:



Procedimentos administrativos:



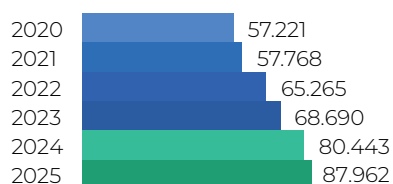
Processos e demais procedimentos

Durante o quadriênio 2020-2024, os dados mostram como a atuação judicial e extrajudicial do MPAL contribuíram para assegurar que a lei fosse efetivamente cumprida e a sociedade tivesse seus direitos garantidos.

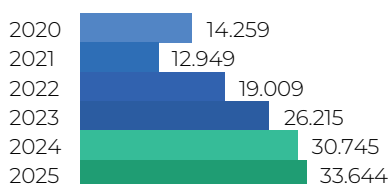
Abaixo, é possível verificar em gráficos

como foi a atuação de promotores e procuradores de Justiça em processos de 1ª e 2ª instâncias, além dos demais procedimentos administrativos, o que comprova um avanço relevante, se comparado aos anos anteriores.

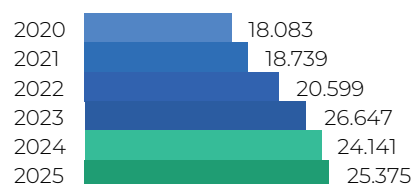
Processos de 1ª instância



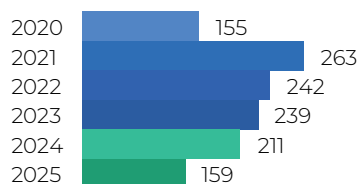
Processos de 2ª instância



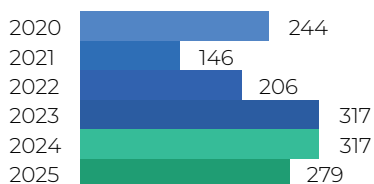
Processos extrajudiciais



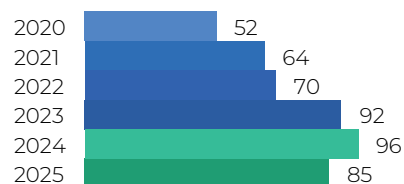
Procedimentos preparatórios



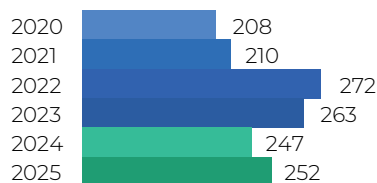
Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)



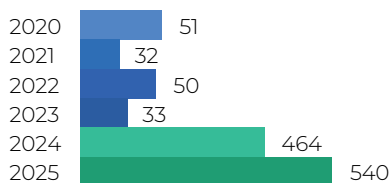
Procedimentos de Investigação Criminal (PIC)



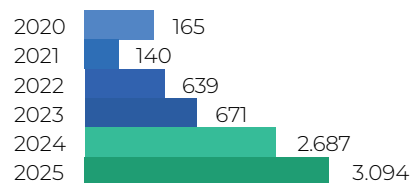
Inquéritos Cíveis



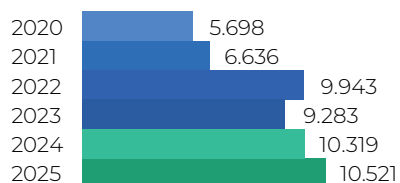
Ação Civil de Improbidade Administrativa ajuizadas por ano



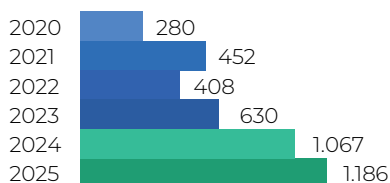
Ação Civil Pública (Cível e Infância) ajuizadas por ano



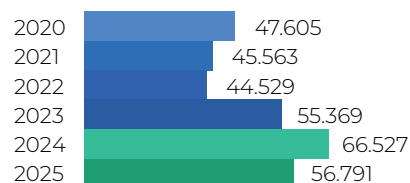
Audiências Judiciais



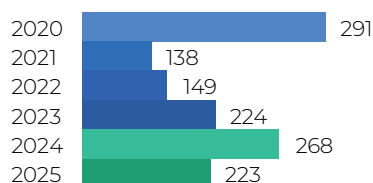
Audiências Extrajudiciais



Ciências de Sentenças/Acórdão



Recomendações



Procuradorias Cíveis e Criminais do MPAL atuaram em mais de 61,4 mil processos entre 2024 e 2025

A atuação do Ministério Público de Alagoas (MPAL) no segundo grau de jurisdição ganhou destaque no biênio 2024/2025. Nesse período, as Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais participaram de 61.420 processos que tramitaram no Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), contribuindo para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

As Procuradorias de Justiça representam o Ministério Público perante o Tribunal de Justiça, atuando especialmente nos processos que chegam à Corte em grau de recurso. Nessa etapa da

tramitação, os procuradores de Justiça analisam os autos e emitem pareceres que auxiliam os desembargadores na formação de suas decisões.

Atualmente, o MPAL conta com 19 procuradores e procuradoras de Justiça, distribuídos entre as áreas cível e criminal. No período analisado, esses membros tiveram participação direta em milhares de processos que envolveram temas relevantes para a sociedade alagoana, garantindo a presença institucional do Ministério Público na segunda instância do Judiciário.



Procurador de Justiça Issac Sandes
Coordenador das Procuradorias Cíveis



Procurador de Justiça Helder Jucá
Coordenador das Procuradorias Criminais

Atuação das Procuradorias Cíveis

As Procuradorias de Justiça Cíveis são coordenadas pelo procurador de Justiça Vicente Félix Correia e contam com 12 membros que atuam nas três Câmaras Cíveis e na Sessão Especializada Cível do Tribunal de Justiça.

Entre suas atribuições estão a manifestação em processos relacionados ao Direito de Família, à defesa dos direitos coletivos e difusos e à proteção do patrimônio público, além de outros temas de interesse social.

Somente entre 2024 e 2025, os procuradores da área cível participaram de 47.142 processos, contribuindo com análises jurídicas e pareceres técnicos que subsidiam o julgamento das ações no âmbito do TJAL.

Integram as Procuradorias Cíveis os procuradores e procuradoras: Walber José Valente de Lima, Vicente Félix Correia, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Valter José Omena Acioly, Denise Guimarães de

Oliveira, Isaac Sandes Dias, Silvana de Almeida Abreu, Sandra Malta Prata Lima, Péricles Gama de Lima Filho, Humberto Pimentel e Costa e Maria de Fátima de Carvalho Albuquerque Vilela.

Atuação das Procuradorias Criminais

Na área criminal, a atuação das Procuradorias de Justiça ocorre nas ações penais que chegam ao Tribunal de Justiça em grau de recurso. Nesses casos, os procuradores analisam os processos e emitem pareceres sobre crimes e demais matérias penais submetidas à apreciação da Corte.

Coordenadas pelo procurador de Justiça Helder Jucá Filho, as Procuradorias Criminais registraram 14.274 movimentações processuais entre 2024 e 2025.

Compõem essa área os procuradores Eduardo Tavares Mendes, Maurício Pitta, Sérgio

Amaral Scala, Helder de Arthur Jucá Filho e o procurador-geral de Justiça, Lean Araújo, que atualmente está licenciado das funções na Procuradoria em razão do exercício da chefia institucional, sendo substituído pelo procurador Luiz Vasconcelos.

Além da análise processual, os procuradores de Justiça também participam das sessões das Câmaras Cíveis e Criminais do Tribunal de Justiça, onde podem realizar manifestações orais, acompanhar julgamentos e atuar diretamente na defesa das teses institucionais do Ministério Público.

Subprocuradorias fortalecem atuação institucional

A atuação das Procuradorias de Justiça também se articula com o trabalho das Subprocuradorias-Gerais do MPAL, responsáveis por áreas estratégicas da instituição.

A Subprocuradoria-Geral Administrativo-Institucional, conduzida pelo procurador Walber Valente de Lima, é responsável pela supervisão das atividades administrativas do Ministério Público, incluindo processos relacionados à gestão interna da instituição.

Já a Subprocuradoria-Geral Judicial, sob responsabilidade do procurador Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, exerce funções delegadas pelo procurador-geral de Justiça, incluindo a representação institucional em sessões do Tribunal de Justiça e a atuação em processos de competência originária.

A Subprocuradoria-Geral Recursal, coordenada pelo procurador Humberto Pimentel e Costa, atua especialmente nos processos que tramitam nos tribunais superiores. O órgão acompanha recursos de interesse do MPAL no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF), podendo apresentar memoriais, realizar sustentações orais e dialogar institucionalmente com os ministros dessas Cortes.

Subprocuradores-gerais Walber Valente, Sérgio Jucá e Humberto Pimentel



Corregedoria-Geral consolida controle, transparência e qualidade da atuação ministerial no biênio 2024/2025

A Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas exerce papel estratégico na estrutura institucional do MPAL. Mais do que um órgão de controle interno, atua como instância permanente de orientação, fiscalização e aprimoramento da atuação funcional de membros e unidades ministeriais, assegurando que a atividade-fim da instituição seja desempenhada com eficiência, ética, transparência e compromisso com o interesse público.

Prevista na Lei Complementar nº 15/1996, a Corregedoria-Geral é responsável por acompanhar o desempenho funcional, promover correções e inspeções, conduzir procedimentos disciplinares

quando necessários e fomentar boas práticas institucionais. Seu trabalho impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados à sociedade, ao fortalecer a credibilidade do Ministério Público e garantir que sua atuação esteja alinhada aos parâmetros constitucionais e às resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

No biênio 2024/2025, a atuação da Corregedoria, que é comandada pelo procurador de Justiça Eduardo Tavares, consolidou-se como instrumento de governança institucional, combinando rigor técnico, caráter orientativo e uso intensivo de dados para qualificar decisões administrativas e funcionais.

Panorama da atuação correicional – 2024

Atividade disciplinar

Em 2024, a Corregedoria-Geral conduziu procedimentos disciplinares com foco na apuração responsável e na resolução adequada de conflitos funcionais:

- Pedidos de Informação: 5 instaurados, com predominância de arquivamentos sem penalidade
- Sindicâncias: 4 instauradas, sendo parte solucionada por acordo ou arquivamento
- Inquéritos Administrativos: não houve instauração no período

Acordos de Resultados

- 2 procedimentos instaurados
- 6 acordos arquivados por cumprimento integral

Esses dados evidenciam a adoção de uma política disciplinar pautada pela proporcionalidade, pela prevenção e pela solução consensual sempre que possível.

Correções ordinárias e inspeções

Em cumprimento à Resolução CNMP nº 149/2016, foram realizadas:

- 45 correções ordinárias em Promotorias de Justiça da capital e do interior
- Não houve inspeções extraordinárias no período

As correções abrangeram unidades estratégicas, incluindo Promotorias da capital, do interior e órgãos especializados, permitindo avaliação da regularidade administrativa,

produtividade e resolutividade da atuação ministerial.

Inspeção permanente

Nos termos da Resolução CPJ nº 04/2017:

- 1.052 inspeções permanentes encaminhadas por Procuradores de Justiça
- 1.052 inspeções arquivadas, após análise e validação

O volume expressivo demonstra a capilaridade do controle funcional e o acompanhamento contínuo da qualidade técnica das manifestações ministeriais.⁴

Dados funcionais e administrativos – 2024

- Membros que exercem o magistério: 5, todos em conformidade com a Resolução CNMP nº 73/2011
- Autorizações para residir fora da comarca: 20 promotores, com autorização formal do PGJ, nos termos da Resolução CNMP nº 26/2007

A Corregedoria manteve controle rigoroso sobre essas autorizações, assegurando compatibilidade com o interesse institucional e a continuidade do serviço público.

Avanços e consolidação – 2025

Ampliação das correições ordinárias

No exercício de 2025, a atuação correicional foi significativamente ampliada:

- 87 correições ordinárias realizadas
- Não houve inspeções extraordinárias

As atividades alcançaram Promotorias, Procuradorias de Justiça, Escola Superior do MP e Ouvidoria, reforçando o caráter sistêmico da fiscalização institucional.

Capacitação e ética institucional

A Corregedoria-Geral incorporou a capacitação como eixo estruturante da gestão:

- Implementação do Código de Ética dos Membros do MPAL (Resolução CPJ nº 19/2025)
- Lançamento do Guia Prático do Código de Ética
- Realização do Seminário de Prática Disciplinar e Transparência Administrativa

Perspectiva de gênero e reconhecimento nacional

Em articulação com a Procuradoria-Geral de Justiça e outros órgãos institucionais:

- Capacitação de 130 membros, alcançando 89,65% de participação
- Realização de eventos estratégicos sobre enfrentamento ao feminicídio
- Conquista do Selo Ouro – Respeito e Inclusão no Combate ao Feminicídio, concedido pelo CNMP

Corregedoria como instrumento de governança

Os dados do biênio 2024/2025 revelaram uma Corregedoria-Geral que vai além da função fiscalizatória tradicional. A atuação orientativa, o uso de indicadores estatísticos, o investimento em capacitação e a integração com a Administração Superior consolidaram o órgão como peça-chave da governança institucional do MPAL.



Ouvidor do MPAL

Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas intensifica diálogo com a sociedade no biênio 2024/2025

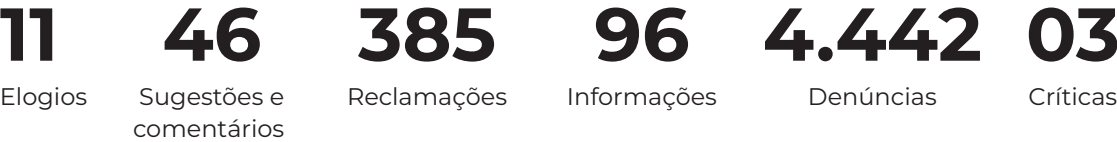
A Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) constitui um dos mais importantes canais de interlocução entre a instituição e a sociedade. Por meio dela, cidadãos podem registrar denúncias, reclamações, sugestões, elogios, críticas e solicitações de informação, contribuindo diretamente para o aprimoramento dos serviços prestados e para o fortalecimento do controle social.

Mais do que um canal de escuta, a Ouvidoria, que tem à frente o procurador de Justiça Maurício Pitta, desempenha papel estratégico na consolidação da transparência, da participação cidadã e da resolutividade institucional. Ao receber

e encaminhar as manifestações aos órgãos competentes, o setor contribui para a efetividade da atuação ministerial, funcionando como porta de entrada das demandas sociais e como instrumento de aprimoramento contínuo.

Durante a gestão do procurador-geral de Justiça Lean Araújo, no biênio 2024/2025, a Ouvidoria do MPAL apresentou crescimento expressivo no volume de manifestações, refletindo o fortalecimento da confiança da população na instituição e a ampliação dos canais digitais de atendimento.

Entre os anos de 2020 e 2024, a Ouvidoria recebeu:



Quantitativo por meio de recebimento:





Promotor de Justiça José Antônio Malta Marques
Diretor do CAOP

Centro de Apoio Operacional fortalece a atuação institucional do MPAL e impulsiona projetos estratégicos em diversas áreas

O Centro de Apoio Operacional (CAOP) exerce papel essencial no fortalecimento da atuação do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL), funcionando como órgão auxiliar das atividades desempenhadas pelos promotores e promotoras de Justiça em todo o estado. Durante a gestão do procurador-geral de Justiça Lean Araújo, o CAOP consolidou-se como uma estrutura estratégica para a articulação de projetos institucionais, integração das promotorias e qualificação da atuação ministerial em áreas sensíveis à sociedade.

Criado pelo Colégio de Procuradores de Justiça com fundamento no artigo 23 da Lei

Atribuições

Entre as atribuições do CAOP está o desenvolvimento de projetos institucionais executados em parceria com os promotores naturais, além da realização de encontros regionais, reuniões estratégicas, audiências públicas, seminários e atividades voltadas à construção de planos de ação para enfrentar desafios sociais em diferentes regiões do estado. O centro também realiza atendimento direto aos membros do Ministério Público e à população, orientando sobre demandas relacionadas às atribuições institucionais do MPAL.

Outro aspecto relevante da atuação do CAOP é a promoção da integração entre as promotorias de Justiça, estimulando a troca de

Complementar Estadual nº 15/2016, e reorganizado pela Resolução nº 005/2018, o CAOP tem a missão de prestar apoio técnico, operacional e estratégico aos membros do Ministério Público, contribuindo para a uniformização de entendimentos, elaboração de projetos institucionais e fortalecimento das políticas públicas acompanhadas pelo MPAL.

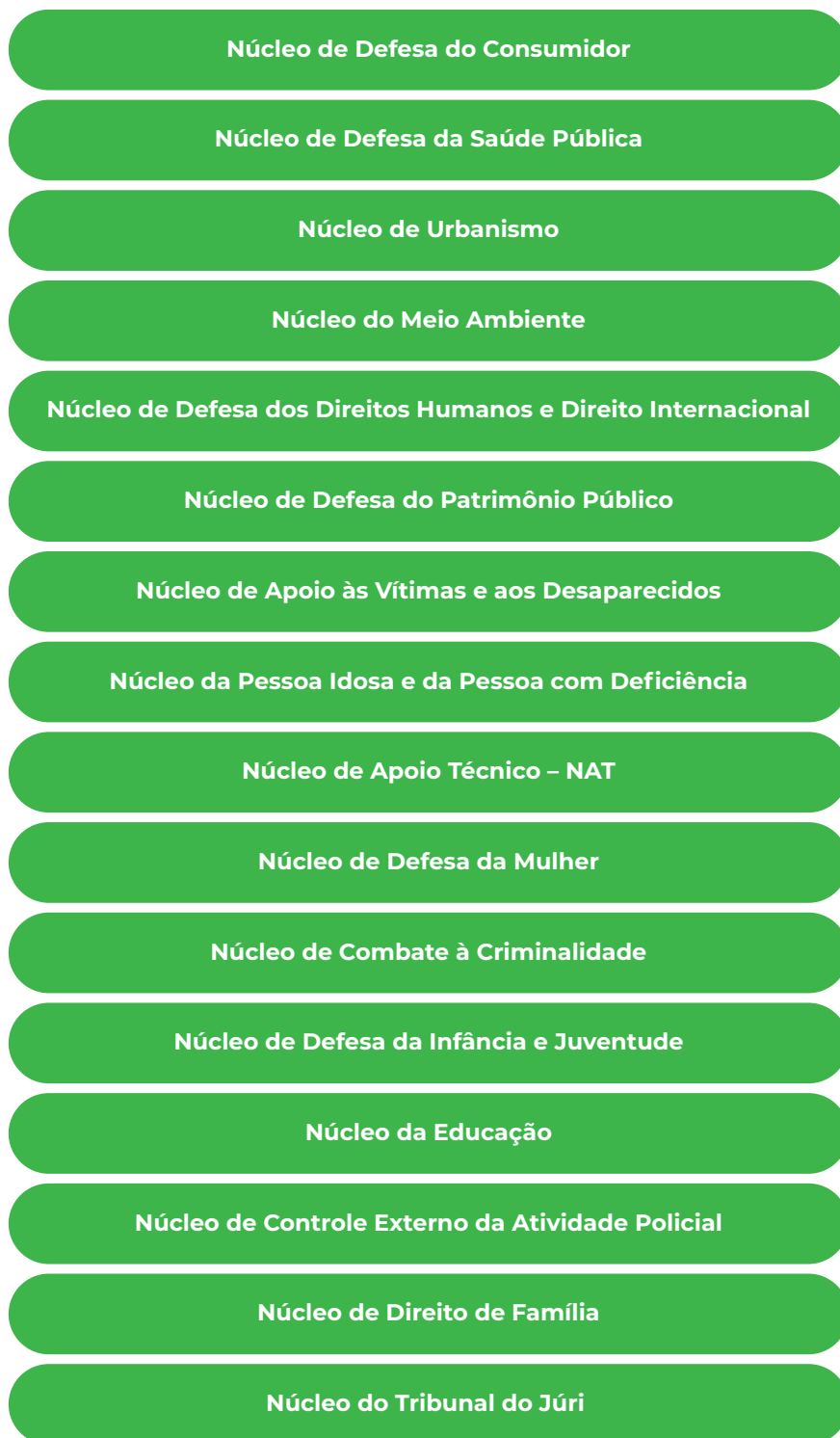
Na atual estrutura, o órgão é dirigido pelo promotor de Justiça José Antônio Malta Marques, que coordena as atividades e promove a integração entre os diversos núcleos temáticos responsáveis por apoiar as promotorias nas mais variadas áreas de atuação do Ministério Público.

experiências e a construção coletiva de estratégias para a defesa dos direitos fundamentais. Ao longo do biênio 2024-2025, o órgão também deu continuidade aos atendimentos presenciais e virtuais, garantindo suporte técnico e institucional às demandas encaminhadas pelos membros da instituição e pela sociedade.

Além do apoio às atividades finalísticas, o CAOP atua na formulação e acompanhamento de projetos que buscam aprimorar políticas públicas e fortalecer a atuação do Ministério Público, muitos deles com reconhecimento em âmbito nacional. Esses projetos são desenvolvidos pelos núcleos especializados que compõem a estrutura do centro.

Estrutura especializada

Para garantir suporte técnico qualificado às diversas áreas de atuação do Ministério Público, o CAOP é composto por núcleos temáticos que oferecem apoio especializado às promotorias de Justiça. Atualmente, integram a estrutura do órgão os seguintes núcleos:



Essa estrutura multidisciplinar permite que o Ministério Público atue com maior especialização e eficiência, oferecendo suporte técnico e estratégico às Promotorias de Justiça em temas que vão desde a defesa do consumidor até o combate à criminalidade, passando pela proteção da infância, das mulheres, do meio ambiente e do patrimônio público.



Lançamento do COMPOR

MPAL lança Centro de Autocomposição de Conflitos em Arapiraca e reforça política de soluções consensuais para demandas complexas

O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) lançou, em janeiro de 2026, o Centro de Autocomposição de Conflitos (Compopor), cuja sede está localizada no município de Arapiraca. A iniciativa marcou um avanço estrutural na atuação ministerial ao consolidar uma política institucional voltada à resolução consensual de conflitos de alta complexidade e grande impacto social.

Criado pela Lei Complementar Estadual nº 63/2024, o Compopor é um órgão diretamente vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, com atuação em todo o Estado de Alagoas. Sua finalidade é implementar, fomentar e executar métodos autocompositivos, como negociação, mediação, conciliação, práticas restaurativas e convenções processuais, fortalecendo a cultura do diálogo e da pacificação social.

Atuação estratégica e foco em conflitos estruturais

O Compopor foi concebido para atuar especialmente em conflitos coletivos, estruturais ou de elevada repercussão social, envolvendo direitos fundamentais, políticas públicas, demandas intermunicipais ou estaduais e matérias de alta complexidade. Sua atuação poderá ocorrer tanto na esfera extrajudicial quanto em processos já judicializados, sempre com respeito ao princípio do promotor natural e mediante articulação com os órgãos de execução.

O Centro também poderá auxiliar na construção e no acompanhamento de acordos de não persecução cível (ANPC) e acordos de não persecução penal (ANPP), contribuindo para uma atuação mais eficiente e alinhada às diretrizes nacionais do MP.

O cidadão que quiser procurar o Centro, basta se dirigir à sede do MPAL em Arapiraca, situado na Rua Samaritana, nº 1025, bairro de Santa Edwiges, ou acessar o Ministério Público pelo site – www.mp.al.gov.br ou pelo aplicativo da Ouvidoria.

Cultura do diálogo e resolutividade institucional

O funcionamento do Compopor, dirigido pelo procurador de Justiça Valter Acioly, foi regulamentado pela Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) nº 36/2024, que estabeleceu suas diretrizes e competências de atuação. Entre elas, destacam-se a resolutividade, a segurança jurídica, a duração razoável dos procedimentos, a confidencialidade e a imparcialidade.

Métodos autocompositivos e práticas restaurativas

Entre os principais instrumentos utilizados pelo Compopor, estão: negociação, quando o Ministério Público atua como representante adequado da sociedade na defesa de interesses coletivos; mediação, indicada para conflitos que exigem diálogo direto entre os envolvidos; conciliação, quando há necessidade de intervenção propositiva para superar impasses; práticas restaurativas, especialmente em situações que envolvem conflitos sociais, violências ou infrações, com foco na responsabilização, reparação do dano e fortalecimento dos vínculos comunitários.

NGI.SI

NÚCLEO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Inteligência, segurança e estratégia fizeram o NGI/SI trabalhar a serviço da sociedade

O Núcleo de Gestão da Informação e Segurança Institucional (NGI/SI) é a unidade estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) responsável por integrar inteligência, tecnologia e segurança institucional. Sua atuação abrange a coleta, análise e transformação de dados em conhecimento qualificado para subsidiar investigações e decisões institucionais, além da proteção de membros, servidores, instalações e informações sensíveis. Por meio de suas assessorias especializadas, como inteligência e análise, operações, inteligência prisional, contrainteligência, laboratório de combate à lavagem de dinheiro e seção telemática, o NGI/SI atua de forma técnica e coordenada no enfrentamento de crimes complexos.

A importância do NGI/SI reside em sua capacidade de ampliar a eficiência investigativa e fortalecer a segurança institucional do MPAL, especialmente no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado e a ilícitos contra a administração pública. Ao transformar grandes volumes de dados digitais, financeiros e telemáticos em inteligência estratégica, o Núcleo contribui diretamente para a responsabilização de infratores, a proteção do patrimônio público e a defesa da ordem jurídica, consolidando-se como pilar essencial para a atuação moderna e estruturada do Ministério Público.

Números consolidados 2025

Produção técnica

2.200 relatórios técnicos

62 relatórios de análise

Áreas impactadas

Quebras de sigilo telefônico

Análise de ERBs e tráfego telefônico

Extração e análise de dados telemáticos

Pesquisas cadastrais e antecedentes

Investigações sociais e criminais complexas

Seção telemática

Extrações e dados digitais

54	Extrações de dispositivos
8,6	Terabytes de dados extraídos
31	Solicitações de dados telemáticos
274	GB baixados

Áreas impactadas

Interceptações telefônicas
Terabytes de dados extraídos
Tratamento de dados de nuvem
Apoio técnico a investigações complexas

Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro (LAB-LD)

Produção financeira

9	Relatórios de análise de RIF
12	Relatórios de análise bancária
44	Pessoas citadas em RIF
90	Pessoas investigadas
R\$ 4.468.040.439,74 analisados	

Áreas impactadas

Corrupção
Lavagem de dinheiro
Crimes contra administração pública
Organizações criminosas
Incompatibilidade patrimonial

Operações de Inteligência (AOI)

Atuação operacional

101	Notificações
100	Relatórios de busca
14	RELINT
11	Operações coordenadas
11	Relatórios circunstanciados

Áreas impactadas

Cumprimento de mandados
Diligências de campo
Operações integradas
Apoio direto à PGJ e Promotorias

Inteligência prisional (AIP)

Produção estratégica

54	Relatórios de inteligência prisional (RELINT)
----	---

Resultados apoiados

Apreensões de armas
Apreensões de drogas
Prisões relevantes

Apoio a ações controladas

Integração com SSP/AL

Contrainteligência (ACI)

Segurança Institucional

4	Relatórios técnicos de segurança orgânica
9	Cadastros de colaboradores
2	Desligamentos
21	Processos de cautela/renovação de arma
Dashboard de controle bélico criado	
Projeto da guarda institucional elaborado	

Áreas impactadas

Segurança de promotorias
Proteção de membros
Controle de armamentos
Gestão de riscos
Proteção de autoridades

Projetos Estratégicos (2025)

Implantação do Lab-LD
Criação do Banco de Dados institucional
Aquisição de drone DJI Matrice 4T
Workshop "Manhã da Segurança Institucional"
Treinamento de tiro operacional
Início do Regimento Interno do NCI/SI
Projeto da Guarda Institucional do MPAL

Impacto Institucional em números

Área	Indicador Principal
Demandas	2.225 PU
Inteligência Técnica	2.262 relatórios
Dados extraídos	8,6 TB
Operações coordenadas	11
Relatórios prisionais	54
Valores financeiros analisados	R\$ 4,4 bilhões

MPAL conquista dois primeiros lugares no Prêmio CNMP e mostra como inovação e compromisso público podem transformar realidades

O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) conquistou destaque nacional ao alcançar o 1º lugar em duas categorias do Prêmio CNMP 2025, a mais importante premiação institucional do Ministério Público brasileiro. A conquista foi anunciada durante cerimônia realizada em Brasília, reunindo representantes de diversos ramos do MP de todo o país.

As iniciativas vencedoras — Sede de Aprender Nacional e aplicativo Ouvidoria MPAL — representam duas frentes essenciais da atuação do Ministério Público: a defesa de direitos fundamentais e a modernização da relação entre o Estado e o cidadão, ambas com apoio da gestão do procurador-geral de Justiça, Lean Araújo,



Membros do MPAL recebendo premiação no CNMP

Água digna nas escolas: o impacto social do Sede de Aprender Nacional

O projeto Sede de Aprender Nacional, vencedor da categoria especial Primeira Infância, nasceu no Ministério Público de Alagoas com um objetivo simples, mas profundamente transformador: garantir que escolas públicas ofereçam água potável e estrutura mínima adequada para seus alunos.

A iniciativa foi idealizada pelo promotor de Justiça Lucas Sachsida e rapidamente ultrapassou os limites do estado, tornando-se uma mobilização nacional dentro do próprio Conselho Nacional do Ministério Público.

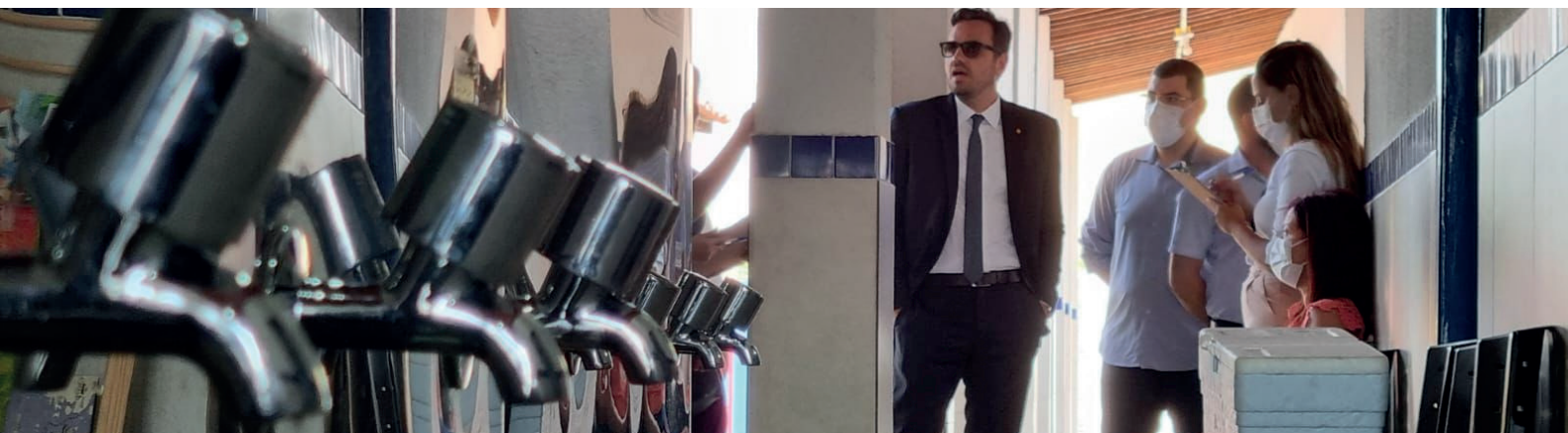
A proposta partiu da constatação preocupante de em muitas escolas brasileiras, crianças passam horas em ambientes onde faltam condições básicas como água potável, saneamento e estrutura adequada. A ausência desses elementos compromete diretamente a saúde, o aprendizado e a dignidade de milhares de estudantes.

Por meio de inspeções, articulação institucional e ações coordenadas, o projeto já mobilizou uma rede nacional de fiscalização e melhoria das unidades de ensino. Mais de duas mil escolas foram visitadas em todo o país, permitindo identificar problemas estruturais e exigir providências dos gestores públicos.

Além da melhoria das condições físicas das escolas, o projeto fortalece uma ideia central: a garantia de direitos fundamentais começa pela infância.

O Sede de Aprender também contou com participação de membros do MPAL como os promotores Kléber Valadares e José Carlos Castro, além de parceria com instituições como a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Instituto Rui Barbosa e Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.

Fiscalização em escola pelo projeto Sede de Aprender



Tecnologia para aproximar cidadão e Ministério Público

Na categoria Atuação Finalística – Excelência, o primeiro lugar ficou com o aplicativo Ouvidoria MPAL, uma ferramenta que moderniza a comunicação entre a sociedade e o Ministério Público.

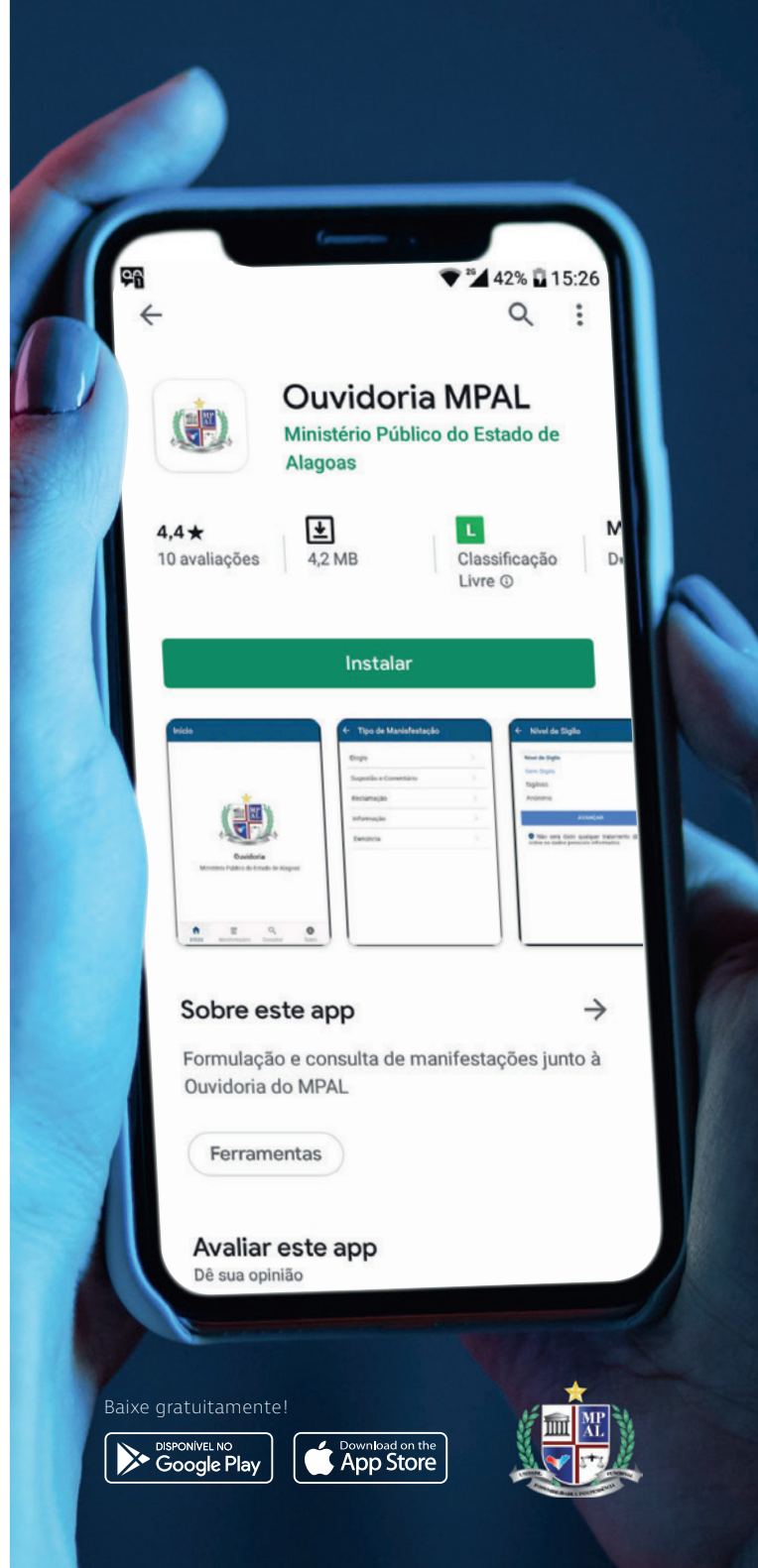
O aplicativo foi criado para facilitar o acesso da população ao órgão, permitindo que qualquer cidadão registre denúncias, sugestões ou reclamações diretamente pelo celular. A tecnologia ampliou a capacidade de escuta institucional e reduziu barreiras que muitas vezes impediam a população de procurar o Ministério Público.

A premiação também reconheceu o trabalho técnico da equipe responsável pelo desenvolvimento da plataforma. O aplicativo foi criado pela Diretoria de Tecnologia da Informação do MPAL, chefiada por Marcel de Castro Vasconcelos, com participação do gerente de projeto Vitor Luiz Pereira Ribeiro e dos desenvolvedores Wesley de Oliveira Cavalcante e Roberto Filipe de Almeida Coimbra. Já no comando da Ouvidoria do MPAL está o procurador de Justiça Maurício Pitta.

A principal premiação do Ministério Público brasileiro

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) promove anualmente o Prêmio CNMP para reconhecer boas práticas institucionais desenvolvidas por membros e servidores do Ministério Público em todo o país. A premiação valoriza iniciativas que contribuem para aprimorar a atuação institucional, fortalecer políticas públicas, modernizar o serviço público e ampliar a defesa de direitos fundamentais.

Os projetos premiados precisam demonstrar resultados concretos e alinhamento ao Plano Estratégico Nacional do Ministério Público e ao Plano Nacional de Atuação Estratégica.



Baixe gratuitamente!



Membros do MPAL anunciados como vencedores no Prêmio CNMP 2025





Operação do GAECO

Inteligência, integração e inovação: Gaeco dá salto estratégico no combate ao crime organizado

No biênio 2024/2025, o Ministério Público do Estado de Alagoas consolidou um ciclo de fortalecimento institucional marcado por investimento em tecnologia, integração de bases de dados e ampliação da capacidade investigativa. À frente de parte significativa desse avanço está o GAECO, que apresentou resultados expressivos tanto no campo estratégico quanto na entrega de ferramentas concretas de apoio às investigações criminais.

O período foi caracterizado por planejamento estruturado, articulação interinstitucional e desenvolvimento de soluções próprias, com foco na eficiência, na inteligência investigativa e no enfrentamento qualificado às organizações criminosas.



Integração de dados e cooperação institucional

Entre as ações estratégicas desenvolvidas, destaca-se a iniciativa de formalização de termo de cooperação técnica com a Secretaria de Segurança de Estado da Pública de Alagoas, com o objetivo de viabilizar o acesso a dados de boletins de ocorrência, termos circunstanciados e sistemas de procedimentos policiais eletrônicos. Embora a comissão interinstitucional tenha sido constituída e os membros designados, a etapa de reuniões formais ainda está pendente, demonstrando que o avanço estrutural exige alinhamento contínuo entre os órgãos envolvidos.

No campo da cooperação com outros Ministérios Públicos, o biênio foi marcado por

tratativas relevantes para aquisição e desenvolvimento de sistemas de inteligência. No âmbito do sistema Pandora, desenvolvido pelo MP da Paraíba em parceria com outros órgãos, o MPAL contribuiu com o desenvolvimento do link de acesso ao Infoseg (sistema que integra as diversas bases de dados das secretarias de segurança pública). Já com o Ministério Público do Maranhão, foi firmada uma cooperação técnica voltada ao desenvolvimento de sistema de apoio às investigações criminais. A iniciativa representa avanço concreto na colaboração interestadual para o enfrentamento de organizações criminosas e crimes de sonegação fiscal.

Unificação de sistemas e ampliação da inteligência

Outra frente estruturante foi a proposta de unificação de sistemas para facilitar o acesso a informações voltadas a Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), transação penal, sursis e demais negócios jurídicos processuais, além da localização de pessoas. As tratativas para utilização das bases de dados do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) também estão em andamento.

Paralelamente, foram realizadas discussões com órgãos públicos e concessionárias de serviços para aquisição de bases de dados a serem

integradas a sistema desenvolvido pelo Núcleo de Gestão da Informação e Segurança Institucional do MPAL. Como exemplo, pode-se citar o avanço significativo nas negociações com a Equatorial, que está em fase de debates para a minuta de termo de cooperação técnica.

Esses movimentos revelam uma diretriz clara: estruturar o Ministério Público com ferramentas modernas de cruzamento de dados, respeitando a legalidade e a proteção de informações sensíveis.

Entregas concretas: tecnologia a serviço da investigação

O biênio também foi marcado por entregas efetivas de sistemas desenvolvidos internamente. O Sistema Lumiar foi concebido para facilitar o acesso sistematizado aos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) do COAF, fortalecendo a atuação no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. O escopo inicial já foi concluído e o sistema encontra-se em operação, em fase experimental. Atualmente, está em desenvolvimento a ampliação de funcionalidades, com indexação e cruzamento de

informações entre relatórios e criação de módulo de casos, potencializando a análise financeira e a construção de investigações mais robustas.

Outro avanço foi o Sistema Pente Fino, voltado ao monitoramento das despesas realizadas pelos municípios alagoanos, a partir de dados extraídos dos portais da transparência. A ferramenta amplia o controle social e institucional sobre os gastos públicos, servindo de apoio às investigações criminais e de improbidade administrativa.

Um novo patamar de atuação

As ações estratégicas e entregas realizadas no biênio 2024/2025 evidenciam uma mudança de paradigma: o combate ao crime organizado e à corrupção exige inteligência, integração e tecnologia. Ao investir na consolidação de bases de dados, na cooperação interinstitucional e no desenvolvimento de ferramentas próprias, o MPAL fortalece sua capacidade de investigação

qualificada, reduz assimetrias de informação e amplia a efetividade das persecuções penais.

O resultado é uma instituição mais preparada para enfrentar estruturas criminosas complexas, proteger o patrimônio público e responder às demandas da sociedade com técnica, inovação e responsabilidade institucional.



Operação Gaesf

Gaesf recupera R\$ 347 milhões para os cofres públicos

O Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos (Gaesf) realizou, entre 2020 e 2025, 71 operações, as quais resultaram na recuperação de R\$ 347 milhões para os cofres públicos do Estado de Alagoas. Dentre outros crimes, o Gaesf investiga fraudes fiscais, lavagem de bens, corrupção, enriquecimento ilícito, falsidade ideológica e de documentos e organizações criminosas.

Somente durante a gestão do procurador-geral de Justiça do MPAL, Lean Antônio Ferreira de Araújo, no período 2024-2025, foram ajuizadas 12 ações penais visando à recuperação de R\$ 676.243.662,79. Elas resultaram em denúncias contra 412 pessoas e na apreensão de 87 veículos, além de diversos imóveis com registro de indisponibilidade.

Desse total, R\$ 347 milhões já foram devolvidos ao Tesouro Estadual. E, atualmente, existem em investigação cerca de R\$ 1,1 bilhão, o que pode resultar em mais 10 operações a serem deflagradas ao longo de 2026.

O trabalho do Grupo consiste de uma série de atribuições, entre elas: realizar investigações cíveis e criminais e fazer uso de serviços de inteligência;

acompanhar inquéritos policiais; instaurar procedimentos administrativos de investigação na área de sua atuação; expedir notificações para colher depoimentos e esclarecimentos; e receber representações de qualquer pessoa ou entidade, assim como notícia de fato criminoso através de serviço disque denúncia, instituído por órgãos públicos.

Os promotores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) que integram o Gaesf, Cyro Blatter (coordenador) e Anderson Cláudio de Almeida, atuam diretamente em representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos judiciais destinados a identificar e reprimir os crimes contra a ordem tributária e econômica. Além disso, eles também trabalham nos processos até a decisão final de primeira instância.

O colegiado, que foi criado em 2017 por meio da Resolução nº 01/2017, com o objetivo de recuperar recursos que foram sonegados por grandes empresas, funciona em parceria com outras instituições, como a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a Polícia Militar (PM/AL).

OPERAÇÕES 2024/2025

Polímero II

(Santa Catarina/SC)

Foi derivada da Operação Polímero e resultou no cumprimento de mandado de busca e apreensão e seqüestro de aeronave.

Data da deflagração: 17/01/2024

Busca e apreensão: 1 mandado de busca e apreensão cumprido e 1 aeronave bloqueada no valor de R\$ 11.000.000,00



Saccharum

(Maceió/AL, Pilar/AL e Arapiraca/AL)

Investigou Orcrim especializada em fraudes tributárias, falsidade ideológica, lavagem de bens e crimes contra as relações de consumo, vinculada a postos de combustíveis e empresas de fachada, resultando em sonegação tributária estimada em R\$ 11.093.270,00

Data da deflagração: 07/08/2024

Busca e apreensão: 25 mandados de busca e apreensão cumpridos

Veículos apreendidos: 04 veículos

Bens bloqueados: imóveis, veículos, contas bancárias e outros ativos

Outras apreensões: documentos, equipamentos eletrônicos e materiais contábeis



Trapaça

(Maceió/AL e Ribeirão Preto/SP)

Investigou Orcrim especializada em lavagem de dinheiro, fraudes financeiras e exploração de jogos de azar online, com prejuízo estimado à economia popular e ao sistema financeiro. A atuação do grupo se desenvolvia por meio da plataforma "Fortune Tiger" (conhecido como Jogo do Tigrinho), cujas operações envolviam captação ilícita de recursos e indução de apostas fraudulentas.

Data da deflagração: 04/12/2024.

Prisões: 4 mandados de prisão cumpridos (2 em Alagoas e 2 em São Paulo).

Busca e apreensão: 8 mandados de busca e apreensão cumpridos.

Veículos apreendidos: 21 veículos.

Valores apreendidos: aproximadamente R\$ 20.000,00 em espécie.

Bens bloqueados: valores e contas vinculadas a empresas de fachada e pessoas físicas investigadas.

Outras apreensões: mídias eletrônicas, registros contábeis e comprovantes de movimentações bancárias.



Circuito Fechado

(Maceió/AL)

Investigou Orcrim especializada em falsificação de documentos utilizados em fraudes fiscais e societárias, com atuação voltada à criação de empresas fictícias e utilização de “laranjas” para ocultação de patrimônio e evasão tributária.

Data da deflagração: 11/12/2024

Busca e apreensão: 14 mandados de busca e apreensão cumpridos (12 contra pessoas físicas e 2 contra pessoas jurídicas)

Veículos apreendidos: 13 veículos

Outras apreensões: registros contábeis, dispositivos eletrônicos e comprovantes de movimentações societárias



Blindspot

(Maceió/AL, Escada/PE, Jandira/SP e João Pessoa/PB)

Investigou Orcrim interestadual especializada em fraudes fiscais, falsidade ideológica, falsificação de documentos e lavagem de bens, responsável por causar prejuízo superior a R\$ 17.210.372,72 aos cofres públicos de Alagoas, além de R\$ 1.146.570,00 em fraudes associadas a empresas vinculadas no Estado de São Paulo.

Data da deflagração: 12/06/2024

Busca e apreensão: 2 mandados de busca, apreensão e sequestro de bens cumpridos

Veículos apreendidos: 5 veículos

Bens bloqueados: imóveis, contas bancárias e ativos de empresas envolvidas

Outras apreensões: documentos empresariais, dispositivos eletrônicos e comprovantes de movimentações fiscais e societárias



Contumácia

(Alagoas e Pernambuco)

Investigou grupo familiar responsável pela administração de uma usina de açúcar, especializado em sonegação fiscal e omissão de tributos estaduais, que resultou em um débito superior a R\$ 260 milhões aos cofres públicos de Alagoas.

Data da deflagração: 17/12/2024

Busca e apreensão: 6 Mandados cumpridos em endereços vinculados à usina e aos investigados

Veículos apreendidos: 09 veículos

Outras apreensões: documentos fiscais, registros contábeis e dispositivos eletrônicos



Argus

(Sorocaba/SP, Leme/SP, Hortolândia/SP, Cerquilha/SP, Santo André/SP, Porto Feliz/SP, São Roque/SP e Maceió/AL)

Investigou organização criminosa interestadual especializada em fraudes fiscais nos setores químico e plástico, com a emissão de 3.322 notas fiscais ideologicamente falsas, utilizando empresas de fachada sediadas em Alagoas. O montante fraudado ultrapassa R\$ 150 milhões, com 30 pessoas físicas e 42 jurídicas envolvidas em diversos estados. Executada por 120 agentes públicos, incluindo 45 auditores fiscais, 9 delegados das Polícias Cíveis de Alagoas e São Paulo, 4 procuradores de Estado, 54 policiais civis e militares, 2 auditores da Sefaz-AL e 6 promotores de Justiça.

Data da deflagração: 11/02/2025

Busca e apreensão: 11 mandados cumpridos nos estados de São Paulo.

Veículos apreendidos: 04 veículos

Bens bloqueados e apreendidos: bens móveis, documentos, dispositivos eletrônicos e materiais fiscais relacionados às empresas investigadas

Outras apreensões: registros contábeis, comprovantes de transações e mídias digitais de suporte à fraude



Lux

(Maceió/AL e Pilar/AL)

Investigou organização criminosa responsável por sonegação fiscal e lavagem de bens, com movimentação financeira estimada em R\$ 150 milhões, por meio da emissão de milhares de notas fiscais ideologicamente falsas destinadas a simular transações comerciais entre pessoas físicas e jurídicas.

Data da deflagração: 13/08/2025

Busca e apreensão: 14 mandados cumpridos em Maceió e Pilar

Veículos apreendidos: 07 veículos

Outras apreensões: documentos fiscais, mídias digitais e dispositivos eletrônicos



Lignum

(Maceió/AL)

Investigou organização criminosa composta por empresários e pessoas físicas ligadas ao comércio de madeiras em Alagoas, especializada em fraudes fiscais estruturadas e lavagem de bens, com prejuízo estimado em mais de R\$ 6,7 milhões aos cofres públicos.

Data da deflagração: 04/09/2025

Busca e apreensão: 15 mandados cumpridos em Maceió, envolvendo 9 pessoas físicas e 6 jurídicas

Veículos apreendidos: 09 veículos

Outras apreensões: notas fiscais, registros contábeis e mídias digitais com dados de transações comerciais



Ceres

(Maceió/AL e Arapiraca/AL)

Investigou organização criminosa especializada em falsificação de documentos, fraudes fiscais e societárias, voltada à comercialização de alimentos, especialmente farinha de trigo, sem o devido recolhimento de tributos. As fraudes causaram prejuízo milionário ao erário estadual, com inscrições em dívida ativa somando R\$ 3,45 milhões e dívidas administrativas superiores a R\$ 16 milhões.

Data da deflagração: 16/10/2025

Busca e apreensão: 13 mandados cumpridos — 8 contra pessoas físicas e 5 contra empresas

Veículos apreendidos: 06 veículos

Bens bloqueados: Outras apreensões: notas fiscais, livros contábeis e mídias digitais com dados de operações comerciais



Invoice

(Maceió/AL, Vitória/ES, Florianópolis/SC, Itajaí/SC, Balneário Camboriú/SC, Itapema/SC e Barra Velha/SC)

Investigou organização criminosa altamente estruturada, composta por quatro empresas do setor de importação e exportação (tradings) e 11 pessoas físicas, envolvidas em sonegação fiscal, falsidade ideológica, apropriação indébita tributária e lavagem de bens. O grupo movimentou cerca de R\$ 400 milhões, deixando de recolher mais de R\$ 40 milhões em tributos, conforme apurado pelo Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) e pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz/AL).

Data da deflagração: 18/11/2024

Busca e apreensão: 15 mandados cumpridos: 12 em Santa Catarina, 2 em Alagoas e 1 no Espírito Santo

Veículos apreendidos: 08 veículos

Bens bloqueados: contas bancárias e ativos de empresas envolvidas

Outras apreensões: mídia digital, contratos de exportação e documentos de faturas comerciais (invoices)





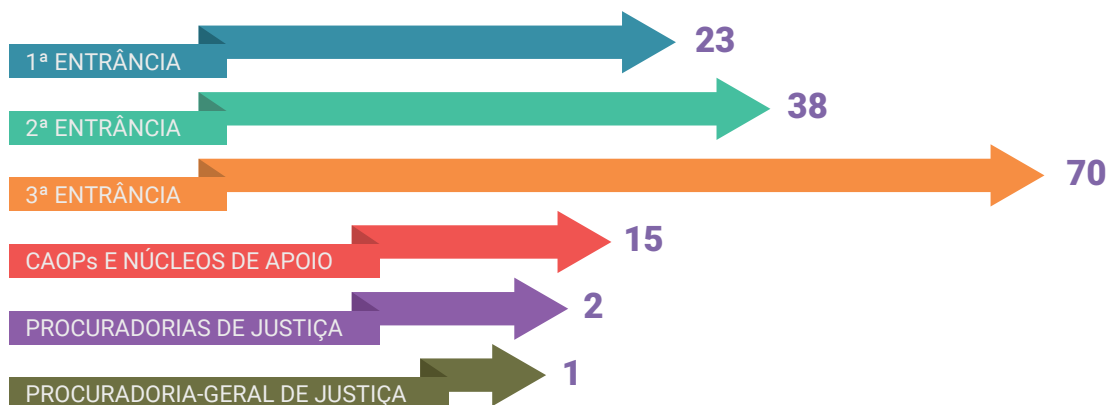
Equipe da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica

Planejamento estratégico incentiva inovação e reforça a atuação do MPAL

A Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (Asplage) é o setor responsável por estruturar, coordenar e acompanhar o planejamento estratégico do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL). Por meio da atuação integrada da Seção de Gestão Estratégica, do Escritório de Projetos Estratégicos e do Escritório de Gerenciamento de Processos de Atividades, a assessoria promove a organização das metas institucionais, o monitoramento de resultados e a padronização de processos, garantindo que planos, projetos e ações estejam alinhados aos objetivos estratégicos da instituição.

Sua importância reside na consolidação de uma cultura de gestão orientada por resultados, inovação e eficiência. Ao apoiar a elaboração dos Planos de Atuação e Gestão, monitorar indicadores, mapear processos e incentivar boas práticas, a ASPLAGE contribui diretamente para o aprimoramento das funções institucionais do MPAL, fortalecendo a transparência, a tomada de decisão estratégica e a entrega de melhores serviços à sociedade alagoana.

Números do Biênio 2024-2025



Reuniões Estratégicas (RAEs)

24 reuniões mensais realizadas

100% das áreas estratégicas apresentaram resultados

Monitoramento contínuo dos Planos de Ação

Gestão de Processos

24 processos mapeados e homologados

100% fluxos aprovados na gestão 2024-2025

2 capacitações internas realizadas em 2025

Destaque:

Implementação do fluxo de **Acompanhamento de Descumprimento de Medida Protetiva**, que contribuiu para o reconhecimento do MPAL com o selo **Ouro** – “Respeito e Inclusão no Combate ao Femicídio” (CNMP).

Projetos Estratégicos

133 Projetos cadastrados no Sistema Inova

19 Treinamentos individuais com gerentes de projetos

32 Propostas submetidas no edital para projetos 2026

20 Projetos inscritos no Prêmio Excelência 2025:

▶ 8 finalísticos ▶ 8 especiais ▶ 4 estruturantes

Reconhecimento Nacional

2 projetos do MPAL em 1º lugar no Prêmio CNMP 2025

12 projetos inseridos no Banco Nacional de Projetos

Realização da 5ª e 6ª edições do Prêmio Excelência em Gestão de Projetos

Áreas alcançadas pelos projetos

A maioria dos 133 projetos está vinculada à área finalística, com forte impacto em:

Direitos Humanos

Combate ao feminicídio

Enfrentamento ao assédio

Medidas protetivas

Igualdade de gênero

Meio Ambiente

Conservação de espécies ameaçadas

Preservação de manguezais

Fiscalização ambiental (FPI São Francisco)

Segurança de barragens

Educação

Escola Segura

Sede de Aprender Nacional

Escola de Leitores

Garantia à educação e infância

Segurança Pública

Conselhos Municipais de Segurança

PM Quero Paz

Evento Seguro

Combate à perturbação do sossego

Saúde e Assistência Social

Reorganização da RAPS

Acolher para Proteger

Família Acolhedora

Combate à fome

Transparência e Gestão

Fomento ao Terceiro Setor

Terceiro Setor Digital

Taxonomia – Dados que Representam

Chatbot MPAL

Inovação e Modernização

Criação de painéis de Business Intelligence (BI) para monitoramento de indicadores

Capacitação contínua em gerenciamento de projetos

Intercâmbio institucional com:

Polícia Militar de Alagoas (50 cadetes)

SENAC/AL

Participação ativa no Fórum Nacional de

Gestão do CNMP



Equipe da Escola Superior do Ministério Público

Escola Superior do MPAL fortalece ensino, pesquisa e extensão com mais de 40 eventos e mil participantes

A Escola Superior do Ministério Público de Alagoas (ESMPAL) é o órgão responsável por coordenar, planejar e executar as ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Ministério Público de Alagoas. Sua atuação é voltada ao aperfeiçoamento funcional e pessoal de membros, servidores, estagiários, voluntários e colaboradores, promovendo capacitações, debates, seminários, congressos e projetos institucionais que fortalecem a qualidade técnica, a inovação e a eficiência da atuação ministerial.

Ao investir continuamente em capacitações estratégicas e na produção de conhecimentos, a ESMPAL contribui diretamente para o aprimoramento institucional e para a melhoria dos serviços prestados à sociedade. As formações realizadas ampliam competências, atualizam práticas, incentivam a pesquisa aplicada e promovem a integração entre o Ministério Público e a comunidade, consolidando a Escola como um pilar essencial para o desenvolvimento, a transparência e a efetividade da atuação do MPAL.

Números gerais do Biênio 2024/2025

40

Eventos institucionais realizados

+1.000

Inscritos nas atividades

22

Cursos nacionais (em parceria com o CDEMP)

15

Projetos de extensão

+1.000

Participantes nas ações de extensão

185

Vagas de estágio preenchidas (2024)

1.600

Candidatos inscritos para estágio (2025)

65

Voluntários ativos no Programa de Voluntariado

8º Congresso Estadual do MPAL

- 374 inscritos
- 12 palestrantes

Eixo Ensino

Total de Ações:

- Cursos
- Palestras
- Seminários
- Workshops
- Congressos
- Minicursos

Principais Temáticas:

- Inteligência Artificial
- Comunicação Institucional
- Direitos Humanos
- Defesa da Mulher
- Inovação
- Segurança Alimentar
- Gestão Pública
- Tecnologia e Dados
- Orçamento Público

Destaques:

- Diálogos Estratégicos
- Pacote Antifeminicídio
- Selo Respeito e Inclusão no Combate ao Feminicídio
- 4º Encontro Nacional de Encarregados pelo Tratamento de Dados
- XI Encontro Nacional do COPEJE

- Workshop de Business Intelligence (Qlik Sense)





Eixo Pesquisa

Avanços Estruturantes:

- Reativação da Revista do MPAL (edital publicado em 2025)
- Formação de equipe editorial
- Instituição do Conselho Científico
- Lançamento de edital para submissões
- Criação de grupos de pesquisa:
 - Tutela do Patrimônio
 - Direito Penal

Eixo Extensão

Avanços Estruturantes:

- 15 projetos desenvolvidos
- + 1.000 participantes envolvidos
- 8 temas prioritários
- Lançamento de edital para submissões
- Campanhas de maior impacto:
 - Janeiro Branco (Saúde Mental)
 - Fevereiro Roxo (Alzheimer)
 - Setembro Amarelo (Prevenção ao Suicídio)



Eventos Estratégicos:

- MP Interage – Segurança Pública de Arapiraca
- Diálogos do MP com a Sociedade – Região Serrana dos Quilombos
- III Workshop de Capacitação das Forças de Segurança
- Projeto Escola do Júri
- Capacitação em Armamento e Tiro



Projetos Institucionais e Sociais

Fiscalização e apoio às bibliotecas escolares

Expresso Leitura – Livros em Movimento

Biblioteca Comunitária – MP Comunitário

Lançamento de cartilha sobre estruturação de bibliotecas escolares

Distribuição do livro “Direito, Democracia e Linguagem”



PROGRAMA DE
**ESTÁGIO
DO MPAL**

Gestão completa realizada pela ESMPAL:

Seleção

Aplicação de provas

Convocação

Treinamento inicial

Acompanhamento

Relatórios estatísticos

Indicadores:

185 vagas preenchidas em 2024

1.600 candidatos inscritos em 2025

65 voluntários ativos



MPAL amplia cooperação internacional para fortalecer pesquisa e formação institucional

O Ministério Público do Estado de Alagoas, por meio da Escola Superior do Ministério Público (ESMPAL), firmou, em abril de 2026, novas parcerias internacionais com foco na ampliação da pesquisa acadêmica e na qualificação de membros e servidores. Entre os avanços está a assinatura de memorando de entendimento com a Universidade de Coimbra, em Portugal, consolidando uma estratégia institucional voltada à internacionalização do conhecimento jurídico.

O acordo prevê a realização de seminários, conferências, intercâmbios acadêmicos e projetos de pesquisa conjuntos, além da participação de integrantes do MPAL em cursos e atividades promovidas pela instituição portuguesa. A cooperação também facilitará o acesso a estruturas acadêmicas e estimula a produção científica compartilhada.

No mesmo período, também foram realizadas reuniões com representantes do Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE), do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em busca do fortalecimento da pesquisa, da formação continuada e do intercâmbio científico. A intenção é que, por meio dos novos convênios, o MPAL amplie o diálogo com centros internacionais de referência, proporcionando novas perspectivas metodológicas e científicas para aprimorar a atuação institucional do Ministério Público alagoano.



Visita institucional ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)



Reunião com representantes do Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE)



Assinatura do Memorando de Entendimento com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal



Investimentos estruturantes ampliam a atuação institucional do MPAL no biênio 2024/2025

O Ministério Público do Estado de Alagoas consolidou, no biênio 2024/2025, uma política administrativa orientada por planejamento, racionalidade orçamentária e foco em resultados institucionais. As ações executadas são reflexo de um ciclo iniciado no quadriênio anterior, marcado por investimentos estruturantes em infraestrutura, tecnologia e gestão administrativa, que ampliaram a capacidade de atuação do MPAL em todo o estado.

No campo das construções e reformas, aproximadamente R\$ 7,5 milhões foram aplicados em obras na capital e no interior, sendo R\$ 4,9 milhões destinados à construção das novas sedes das Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema. A de Delmiro já foi inaugurada em 2025 e, a de Santana, tem previsão de entrega para este ano de 2026. São dois espaços públicos pensados para garantir melhores condições de trabalho a membros e servidores, além de ampliar o acesso da sociedade aos serviços ministeriais.

Paralelamente, reformas e serviços de manutenção alcançaram unidades estratégicas do Ministério Público, como a de Limoeiro de Anadia e o prédio principal do MPAL, em Maceió. Na sede administrativa, na capital, passaram por reestruturação locais essenciais ao funcionamento institucional, como a fachada, sala de convivência, auditório, gabinetes de Procuradorias de Justiça e áreas técnicas, a exemplo da subestação de energia elétrica, além da continuidade das obras de

modernização no restante do prédio.

No eixo da gestão administrativa, os investimentos em bens permanentes e tecnologia ultrapassaram R\$ 3 milhões, contemplando aquisição de softwares, equipamentos de tecnologia da informação, processamento de dados, veículos, mobiliário e sistemas de segurança. Esses aportes reforçaram a modernização institucional e criaram bases mais sólidas para a transformação digital do MPAL.

A Diretoria de Apoio Administrativo (DAA) teve papel central nesse processo, atuando na otimização de fluxos, controle contratual e gestão de serviços essenciais, como manutenção predial, climatização, elevadores, frota e fornecimento de insumos. Somente nesse biênio, a DAA coordenou investimentos de mais de R\$ 700 em equipamentos, mobiliário e utensílios, além de acompanhar, por meio das áreas de Engenharia e Arquitetura, todas as obras executadas pela instituição.

O biênio 2024/2025, portanto, não representa apenas a continuidade de investimentos, mas a consolidação de um modelo de gestão que entende infraestrutura, tecnologia e planejamento orçamentário como meios — e não fins — para fortalecer a atuação finalística do Ministério Público, garantindo melhores condições de trabalho internas e um serviço mais eficiente e acessível à sociedade alagoana.

Obras e reformas: **R\$ 7.510.625,61**

Aquisição de software: **R\$ 495.994,99**

Veículo de tração mecânica: **R\$ 354.000,00**

Mobiliário em geral: **R\$ 24.636,00**

Mobiliário em geral: **R\$ 857.632,69**

Aparelhos e utensílios domésticos: **R\$ 63.218,12**

Peças não incorporáveis: **R\$ 24.211,72**

Equipamentos de Tecnologia da Informação: **R\$ 759.997,32**

Equipamentos para foto, áudio e vídeo: **R\$ 16.874,70**

Máquinas e equipamentos energéticos: **R\$ 203.050,00**

Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação: **R\$ 532.394,00**

Valor Total: R\$ 9.781.952,46



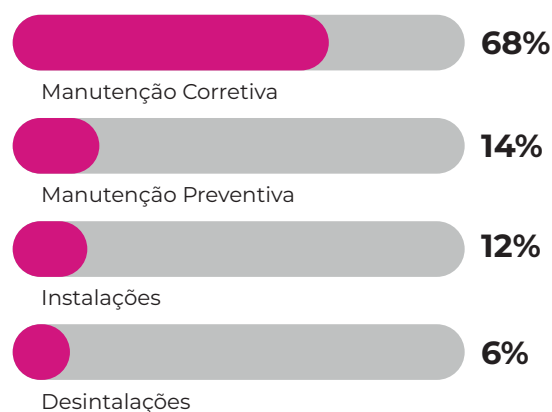
Seção de Engenharia mostrou resultados de eficiência, economia e modernização no biênio 2024/2025

Planejar, executar, fiscalizar e economizar. No biênio 2024/2025, a Seção de Engenharia do Ministério Público do Estado de Alagoas consolidou uma atuação estratégica voltada à modernização da infraestrutura, ao uso responsável dos recursos públicos e ao fortalecimento das condições de trabalho em todas as unidades da instituição.

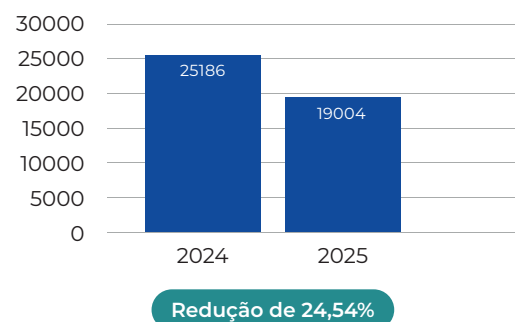
Os dados do período revelaram um avanço significativo na gestão da manutenção predial. Houve redução de 59,13% no custo anual entre 2023 e 2025, demonstrando controle financeiro aliado à continuidade dos serviços essenciais.

Em 2025, 26% das demandas envolveram sistemas de ar-condicionado, enquanto 74% corresponderam a serviços gerais de manutenção. A capital concentrou 83,4% dos atendimentos, e o interior, 16,6%, evidenciando atuação descentralizada e permanente.

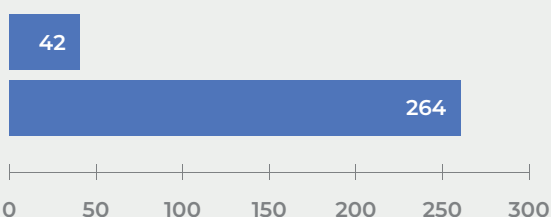
Serviços em ares-condicionados



Custo médio mensal (R\$)



Atendimento das demandas - CAU (2024/2025)





Revitalização do auditório



Projeto arquitetônico da Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema

Obras e melhorias estruturais

Entre as intervenções estruturais, destacam-se melhorias no auditório e na sala de convivência do prédio-sede, revitalização da fachada, adequações na subestação e serviços na Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia.

A Seção de Engenharia também intensificou a fiscalização de obras, com acompanhamento sistemático dos serviços, realização de ensaios técnicos e elaboração de diário de obra, garantindo controle de qualidade e conformidade técnica em todas as etapas.



Espaço de Convivência

Projetos arquitetônicos e expansão

O biênio foi marcado ainda pelo desenvolvimento de projetos arquitetônicos estratégicos, como as unidades de Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema, além dos novos espaços que passaram a abrigar o arquivo, o almoxarifado e a área de convivência.

Também em 2025, foram elaborados 68 orçamentos técnicos, distribuídos entre manutenções pontuais (52,9%), manutenções periódicas (44,1%) e obras (2,9%).

Atuação técnica na área finalística

A Engenharia contribuiu diretamente com a atividade-fim do MPAL por meio de perícias e avaliações técnicas. Entre 2021 e 2025, houve crescimento na quantidade de laudos elaborados, com destaque para demandas relacionadas à infraestrutura (59,2%), análise de superfaturamento, estruturas e geotecnia, meio ambiente, acessibilidade e avaliação de valor de mercado.

Casos emblemáticos como o Loteamento Rosa de Sharon, o Estádio Rei Pelé e o Canal do Sertão exemplificam a atuação técnica qualificada que subsidia investigações e fortalece a defesa do patrimônio público.

Avaliações patrimoniais e gestão imobiliária

Na área-meio, a Seção de Engenharia realizou avaliações para renovação de contratos de aluguel e análise do valor dos imóveis do MPAL, tanto na capital quanto no interior

Esse trabalho assegura maior segurança jurídica e racionalidade econômica na gestão patrimonial.

Planejamento e documentação técnica

O período também foi marcado pela elaboração de termos de referência e documentação técnica voltados à modernização dos elevadores, aquisição de mobiliário e equipamentos e contratação de manutenção predial.

Foram ainda produzidos memoriais descritivos, estudos de viabilidade técnica e estudos ambientais, fortalecendo o planejamento de médio e longo prazo da instituição.



Equipe da Diretoria de Recursos Humanos

Estrutura, valorização e planejamento: o avanço da política de Recursos Humanos no MPAL

Como órgão auxiliar da estrutura organizacional do Ministério Público de Alagoas, a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) tem papel fundamental na gestão, pois dela dependem a instrução de processos, a elaboração da folha de pagamento, além do atendimento ao público para orientações ou encaminhamentos relacionados às funções desempenhadas por cada um na instituição. No período de 2024-2025, o setor seguiu avançando em suas atividades, demonstrando o compromisso da gestão com membros e servidores por meio da reestruturação do quadro, reajustes salariais e novas nomeações.

Em 2024, por exemplo, a Lei Ordinária nº

9.371, datada de 18 de setembro, criou dois cargos de procurador de Justiça, na 2ª instância, bem como as funções das assessorias de tais cargos que passaram a integrar as Procuradorias de Justiça Cível. Paralelamente, houve a extinção de sete cargos de promotor de Justiça que haviam sido designados para unidades ainda não instaladas, culminando em redução de gastos. Em relação aos servidores, um dos marcos foi a reestruturação do quadro da Diretoria de Comunicação (Dicom), conforme a Lei Ordinária nº 9.593, de 15 de julho de 2025, adequando os cargos comissionados existentes às necessidades internas, permitindo inovação e maior produtividade.

Reestruturação da Diretoria de Comunicação

01 assessor de Comunicação Interna;
01 assessor de Publicidade;
01 assessor de Comunicação Digital;
01 assessor de Memória Audiovisual;
01 assessor de Memória Fotográfica;
01 assessor de Comunicação Audiovisual.

Nesse mesmo contexto foi transformado um cargo de assessor técnico, símbolo AS-2, no cargo de assessor de Arquitetura, Símbolo AS-1. E, para além disso, a mesma lei também contemplou o quadro efetivo, aumentando o seu quantitativoem:

02 cargos de analista do Ministério Público, na área de Comunicação Social;

02 cargos de analista do Ministério Público, na área de Engenharia Civil;
02 cargos de analista do Ministério Público, na área de Assistência Social;
12 cargos de analista do Ministério Público, na área de Gestão Pública;
01 cargo de analista do Ministério Público com especialidade em Administração de Redes;
02 cargos de analista do Ministério Público com especialidade em Desenvolvimento de Sistemas;
42 cargos de analista do Ministério Público na área Jurídica.

Diante das demandas do órgão, além de crescer os quadros, a gestão entendeu a necessidade e providenciou a criação de cargos efetivos como:

01 de analista do Ministério Público, na área de Engenharia elétrica;
01 cargo de analista do Ministério Público, na área de Arquivologia;
01 cargo de analista do Ministério Público, na área de Pedagogia;
02 cargos de analista do Ministério Público, na área de Estatística.

Um somatório que alcançou novos 69 cargos efetivos de servidores do MPAL.

Novos servidores empossados

Dando continuidade a esse processo de investimentos na área de Recursos Humanos, foi registrada entre abril de 2024 e dezembro de 2025 a posse de 54 servidores comissionados, além de 129 servidores efetivos aprovados no último concurso Público do Ministério Público.

Conquistas

- Implementação da recomposição inflacionária dos servidores do MPAL de acordo com os dados oficiais;
- Indenização por férias não oportunamente gozadas por membros e servidores;
- Reajuste do benefício do auxílio-alimentação;
- Reajuste da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- Reajuste dos membros ativos, inativos e pensionistas;
- Nomeação de novos procuradores de Justiça;

- Implementação dos efeitos da Lei Complementar nº 65, de 23 de dezembro de 2024, que alterou a Lei Complementar nº 52 de 2019.
- Implementação dos efeitos da Lei Complementar nº 68, de 4 de dezembro de 2025, que trata de licença compensatória por acúmulo de funções.

Também entre os anos de 2024 e 2025, a DRH obteve o aumento do número de estagiários lotados no setor.

Concurso público

E visando a ampliação do seu quadro de pessoal, em maio de 2025 o MPAL criou a comissão organizadora do 4º Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público do Estado de Alagoas. O contrato com a Fundação Carlos Chagas (FCC) foi assinado em dezembro daquele mesmo ano, marcando mais uma etapa no planejamento estratégico de longo prazo da instituição.

A atuação da Diretoria de Recursos Humanos, no biênio 2024-2025, evidencia uma gestão comprometida com planejamento, valorização profissional e estruturação técnica. Ao investir em pessoas, o MPAL investe diretamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade alagoana.

Equipe da Diretoria de Recursos Humanos





Posse de novos servidores

Mais de 160 servidores foram nomeados pelo MPAL entre 2024 e 2025 para reforçar atendimento à sociedade

O fortalecimento institucional e a ampliação da capacidade de atendimento à população marcaram a gestão do procurador-geral de Justiça Lean Araújo à frente do Ministério Público do Estado de Alagoas. Entre 2024 e 2025, a instituição realizou um expressivo processo de recomposição e ampliação do seu quadro de servidores, com a nomeação de profissionais efetivos e comissionados em diversas áreas estratégicas de atuação.

Ao todo, 95 servidores foram nomeados para cargos efetivos, fortalecendo áreas essenciais para o funcionamento do Ministério Público e para o apoio direto à atuação dos membros da instituição. Entre os cargos providos, destacam-se

86 analistas do Ministério Público da área jurídica, além de técnicos e especialistas em Tecnologia da Informação, Auditoria, Assistência Social e Psicologia, profissionais que contribuem diretamente para a qualificação das atividades institucionais.

A diversidade dessas áreas demonstra uma estratégia de fortalecimento multidisciplinar do MPAL, ampliando a capacidade da instituição de atuar em demandas complexas que exigem conhecimento técnico especializado, como políticas públicas, proteção social, fiscalização de recursos públicos e apoio técnico em investigações e ações judiciais.

Comissionados em áreas estratégicas

Paralelamente, também foram realizadas 67 nomeações para cargos em comissão, distribuídas em funções de assessoramento, gestão administrativa e apoio direto às Promotorias e Procuradorias de Justiça. Entre elas estão assistentes de Promotoria de Justiça, assistentes de Procuradoria de Justiça, assessores técnicos, chefias de gabinete e profissionais das áreas de comunicação, logística e gestão administrativa.

A ampliação do quadro funcional representa um avanço importante na estrutura administrativa do MPAL. Com mais profissionais atuando nas diferentes frentes institucionais, o órgão ganha maior capacidade operacional para

acompanhar políticas públicas, promover investigações, ajuizar ações e garantir a defesa dos direitos fundamentais da população.

A chegada desses novos servidores também contribui para a modernização da instituição, trazendo novas competências técnicas e fortalecendo setores estratégicos, como tecnologia da informação, comunicação institucional e apoio técnico especializado às Promotorias de Justiça.

Mais do que números, as nomeações representam um investimento direto na qualidade do serviço público prestado à sociedade alagoana.



Equipe da Diretoria de TI

Transformação digital em números: o avanço tecnológico do MPAL

No biênio 2024–2025, o Ministério Público do Estado de Alagoas consolidou um importante avanço na área de Tecnologia da Informação, com investimento de R\$ 759.997,32 voltado à modernização da infraestrutura, ao fortalecimento da segurança da informação e à ampliação da transformação digital. As ações implementadas priorizaram eficiência interna, inovação e melhoria dos serviços prestados à sociedade, refletindo um planejamento estratégico orientado por dados, integração de sistemas e atualização tecnológica. A seguir, destacamos os principais números que traduzem esse movimento de evolução institucional.

Investimento total em TI:

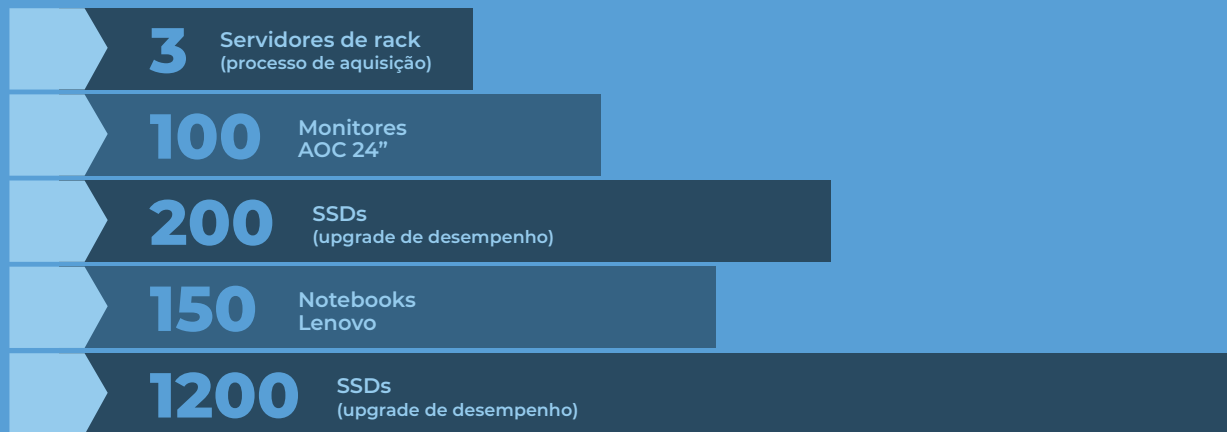
R\$ 759.997,32

2024 → 2025

Equipe da Diretoria de TI

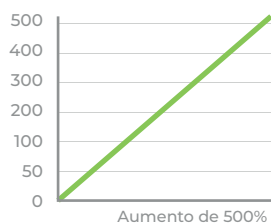


Equipamentos adquiridos



Novos links de internet

- ✓ Aumento mínimo de 5x na velocidade
- ✓ Atendimento a todas as unidades do estado
- ✓ Implantação de novo serviço de Telefonia VoIP



Segurança da Informação



Integração Institucional

2024	2025
<ul style="list-style-type: none"> Integração do SAJ/MP com o STJ Comunicação aprimorada com o TJAL 	<ul style="list-style-type: none"> Migração do banco de dados: <ul style="list-style-type: none"> - De Oracle (licença proprietária) - Para Postgres (open source) Atualização do QlikSense (Business Intelligence)

Inovação Institucional



- Criação do Programa de Inovação
- Instituição do MPLab (Laboratório de Inovação)
- Formalizado pelo Ato PGJ nº 25/2025
- Foco em:
 - Eficiência
 - Cooperação institucional
 - Desenvolvimento de soluções tecnológicas
 - Cultura de inovação

Números-chave

- ✓ R\$ 759.997,32 investidos
- ✓ 150 notebooks
- ✓ 100 monitores
- ✓ 200 SSDs
- ✓ 1.200 licenças de antivírus
- ✓ 3 servidores
- ✓ 5x mais velocidade de internet
- ✓ 2 anos de transformação (2024–2025)



Posse de novos Procuradores de Justiça

Assessoria de Cerimonial

A Assessoria de Cerimonial (Ascer) mantém-se como área estratégica e indispensável na organização, coordenação e execução dos eventos que respaldam as ações do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL), estando diretamente vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça. Ao longo do período, sua atuação foi ampliada e fortalecida, consolidando o MPAL como referência na realização de eventos institucionais de grande relevância, tanto no âmbito estadual quanto nacional.

No âmbito estadual, destaca-se a realização do Congresso Estadual do MPAL, importante espaço de integração, capacitação e alinhamento institucional, que reafirma o compromisso da instituição com o aprimoramento contínuo de seus integrantes. O evento reuniu especialistas e integrantes do Ministério Público em torno de temas estratégicos para a atuação ministerial. Em parceria com a ESMPAL e outros setores, a Assessoria contribuiu de forma decisiva para a realização dele, garantindo sua execução conforme o planejado e superando expectativas.

Além disso, o MPAL assumiu protagonismo no cenário nacional ao sediar eventos de grande porte e reconhecida relevância, como a Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos, o Encontro do Terceiro Setor, o Congresso Nacional do Tribunal do Júri e o Encontro do Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público. Essas iniciativas evidenciam a capacidade organizacional da instituição e sua credibilidade junto aos diversos públicos de interesse. Os eventos foram amplamente reconhecidos e avaliados de forma positiva, consolidando-se como cases de sucesso e sendo

apresentados à comissão do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ), com a participação de representantes das unidades do Ministério Público dos estados e da União.

Ao longo do período, a Assessoria de Cerimonial também foi responsável pela organização de diversas solenidades institucionais, como posses, homenagens, premiações, inaugurações, audiências públicas, seminários e palestras, contribuindo diretamente para o fortalecimento da imagem institucional e para a valorização dos integrantes do MPAL. Além de cuidar da recepção de autoridades que visitam o MPAL, a Assessoria diariamente mantém contato com representantes de diversas instituições, realiza confirmações e justificativas de presença de eventos e toma outras providências.

Outro aspecto relevante da atuação da Ascer é o apoio contínuo prestado pelo MPAL a instituições públicas e entidades do terceiro setor. A gestão do MPAL disponibiliza sua Assessoria de Cerimonial para colaborar na organização de eventos externos, seja por meio de orientação técnica, estruturação do cerimonial ou atuação da chefe de cerimonial como mestre de cerimônias.

No desempenho de suas atribuições, a Ascer pauta sua atuação em planejamento detalhado e na articulação com os diversos setores envolvidos, realizando o levantamento das necessidades de cada evento e adotando as providências necessárias. Entre suas atividades, destacam-se a organização de listas de convidados, a elaboração de convites e comunicações oficiais, a coordenação de inscrições, a definição de infraestrutura e o acompanhamento de

autoridades e participantes. Atua, ainda, na elaboração de roteiros, composição de mesas de honra, recepção de autoridades e execução de protocolos oficiais, sempre em conformidade com as normas do cerimonial público. De forma integrada, em parceria com o setor de transportes e a assessoria militar, coordena também os translados de convidados provenientes de outros estados.

Soma-se a isso a atuação proativa na prospecção e articulação de parcerias institucionais, voltadas à viabilização de recursos, apoios e cooperações que contribuam para a realização de ações e eventos com maior eficiência e economicidade. Essa estratégia tem possibilitado a otimização de custos e a ampliação da qualidade das entregas, reforçando o compromisso com a boa gestão dos recursos públicos. Essa cooperação interinstitucional fortalece parcerias estratégicas e amplia o alcance das ações promovidas pelo MPAL.

A Ascer contribui, igualmente, para diferentes projetos vinculados ao Planejamento e Gestão Institucional, muitos deles reconhecidos e premiados. Entre essas iniciativas, destaca-se o

projeto “MP pra Você”, que contempla eventos online e uma revista digital voltada ao fortalecimento da comunicação interna, à divulgação das ações institucionais e à valorização das pessoas que constroem diariamente a história do MPAL. Por meio de entrevistas e conteúdos especiais, assuntos importantes são tratados, trajetórias inspiradoras e talentos são contados. Com o apoio do Memorial Desembargador Hélio Cabral, a seção “Você Sabia?” reforça o compromisso com a preservação e difusão da memória institucional, compartilhando curiosidades, fatos históricos e momentos marcantes do MPAL.

Por fim, destaca-se o papel estratégico da Assessoria de Cerimonial no relacionamento institucional, promovendo o diálogo com diferentes públicos e contribuindo para a construção de uma imagem positiva do MPAL perante a sociedade. Esse trabalho contínuo fortalece a presença institucional e reafirma o compromisso do Ministério Público com seus valores fundamentais: ética, transparência, compromisso social e excelência na prestação de serviços à população.

Prêmio Excelência em Gestão de Projetos





App Proteção Mulheres

Um aplicativo exclusivo
para denúncias de violência
contra a mulher.

Denuncie

#Sua
Atitude
Salva!

Baixe gratuitamente!





Diretoria de Comunicação Social recebendo o troféu do Prêmio Excelência em Gestão de Projetos 2024

Comunicação Social amplia resultados e impulsiona o diálogo com a sociedade na gestão 2024–2025

A Comunicação Social do Ministério Público do Estado de Alagoas manteve, ao longo da gestão 2024/2025 do procurador-geral de Justiça, Lean Araújo, uma atuação alinhada ao compromisso institucional de aproximar o órgão da sociedade. Com uma linha de trabalho historicamente orientada pela defesa da cidadania e pela valorização de pautas sociais sensíveis, o período foi marcado pelo fortalecimento dessa diretriz, agora potencializada pelo apoio da administração superior, que garantiu melhores condições de

Jornalismo e publicidade à disposição do cidadão

Na produção jornalística, a Comunicação Social manteve ritmo elevado, com 1.832 mil matérias produzidas, ampliando significativamente a visibilidade das ações do Ministério Público. Esse volume contribuiu para a geração de centenas de entrevistas concedidas à imprensa, com repercussão em âmbito local, estadual e também nacional, consolidando o MPAL como fonte relevante e recorrente nos principais veículos de comunicação.

A atuação estratégica também se refletiu no ambiente digital. As redes sociais institucionais

estruturaram e ampliaram a capacidade operacional do setor.

Esse fortalecimento refletiu diretamente no volume e na qualidade das entregas. Apenas entre 2024 e 2025, foram produzidas cerca de 1,8 mil reportagens, 5,5 mil peças publicitárias e mais de sete mil fotografias, resultado do trabalho integrado da equipe de Comunicação Social, evidenciando a alta produtividade e a capacidade de resposta às demandas institucionais.

registraram crescimento expressivo no número de seguidores e no alcance das publicações, ampliando de forma consistente a capilaridade das informações e permitindo que o conteúdo produzido chegasse a um público cada vez maior.

Com maior presença na imprensa e nas plataformas digitais, a Comunicação contribuiu diretamente para ampliar o conhecimento da sociedade sobre o papel do Ministério Público, fortalecendo a compreensão de suas atribuições como defensor dos direitos coletivos e guardião da cidadania.



Recebimento do troféu de 1º lugar do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2024

Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

O reconhecimento desse trabalho veio em nível nacional. Em 2024, a Comunicação do MPAL conquistou o 1º lugar no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria Mídia Social, com a campanha “Intolerâncias”. A iniciativa abordou, de forma integrada, a intolerância religiosa, de gênero e por orientação sexual e racial, destacando-se entre mais de 50 projetos de instituições de todo o sistema de justiça brasileiro.

Como desdobramento desse reconhecimento, o MPAL foi convidado a apresentar o case na Expojud 2025, consolidando-se como referência nacional em comunicação pública e evidenciando a capacidade da instituição de tratar temas complexos com responsabilidade e alcance social.

Ao longo da gestão 2024/2025, a Comunicação Social, portanto, manteve seu papel como ferramenta essencial para dar visibilidade às ações do Ministério Público, fortalecendo o diálogo com a sociedade. Com uma atuação consistente,

baseada em valores institucionais já consolidados e potencializada pelo apoio da gestão, o setor contribuiu diretamente para ampliar a transparência, fortalecer a confiança pública e aproximar o Ministério Público do cidadão.

Campanhas com foco social

Fiel à sua linha de atuação, o setor manteve o foco em campanhas de interesse público, abordando temas de grande relevância social. Entre as iniciativas desenvolvidas no período, destacam-se o Agosto Lilás, de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher; o Setembro Amarelo, voltado à prevenção ao suicídio e à promoção da saúde mental; ações envolvendo temáticas sobre Visibilidade Trans e comunidade LGBTQIAPN+, Democracia e Consciência Negra; além de conteúdos especiais produzidos para o Dia Nacional do Ministério Público.

Diretoria de Comunicação Social recebendo o troféu do Prêmio Excelência em Gestão de Projetos 2025



Segurança institucional fortalecida: estrutura, eficiência e modernização

O biênio 2024/2025 foi marcado por avanços consistentes na área de segurança institucional do Ministério Público do Estado de Alagoas. Sob a coordenação da Assessoria Militar da Procuradoria-Geral de Justiça (ASSPGJ), a gestão promoveu medidas estruturantes voltadas ao fortalecimento da proteção de membros, servidores, patrimônio e instalações da instituição.

Entre os marcos normativos, destaca-se a confecção e publicação do regimento interno da Assessoria Militar, instrumento que consolidou atribuições, rotinas e diretrizes de atuação,

conferindo maior organização, transparência e segurança jurídica às atividades desenvolvidas. Tal medida representa um passo importante para institucionalizar procedimentos e assegurar padronização nas ações estratégicas da segurança ministerial.

No campo da responsabilidade administrativa, a gestão implementou redução na folha de gratificação da ASSPGJ, demonstrando compromisso com a eficiência do gasto público e com o equilíbrio financeiro da instituição, sem prejuízo à qualidade dos serviços prestados.

Modernização

A modernização dos equipamentos também foi prioridade. Foram adquiridos 13 novos kits de pistolas, reforçando a capacidade operacional e garantindo melhores condições de atuação aos agentes responsáveis pela segurança institucional.

Na capital, houve renovação do contrato de vigilância eletrônica motorizada, assegurando a continuidade do monitoramento ostensivo e preventivo das unidades ministeriais, ampliando a cobertura e a capacidade de resposta a situações de risco.

A infraestrutura física também recebeu atenção especial, com a reforma da sala da Assessoria Militar na sede das Promotorias de Justiça da Capital. A melhoria das instalações proporcionou ambiente mais adequado às atividades de planejamento, coordenação e monitoramento das operações de segurança.

Capacitação

No eixo da capacitação, foi promovido o curso de direção defensiva e evasiva, iniciativa que aprimorou as habilidades técnicas dos agentes, elevando o nível de preparo para situações adversas e fortalecendo a cultura de prevenção.

O biênio também avançou na incorporação de soluções tecnológicas. Foi desenvolvido projeto de sistema eletrônico para acesso à Procuradoria-Geral de Justiça por meio de monitoramento facial com catracas, medida que alia inovação, controle de fluxo e maior rigor na proteção dos espaços institucionais.

Por fim, foi estruturado projeto para implementação da segurança ministerial mediante a contratação de policiais aposentados, ampliando o efetivo da segurança institucional do MPAL. A iniciativa busca agregar experiência operacional ao corpo de segurança, potencializando a capacidade preventiva e estratégica da instituição.

Os resultados alcançados evidenciaram que investir em segurança institucional é investir na autonomia e na efetividade do Ministério Público.

Capitão André chefe da Assessoria Militar



Major Dantas e a Sargento Andrea Pedrosa integrantes da Assessoria Militar



App

Transporte

Legal



O app que permite você verificar se os alunos da sua cidade estão sendo transportados com segurança.



NUDED
Núcleo de Defesa da Educação

CAOP
Centro de Apoio Operacional
às Promotorias de Justiça





RELATÓRIO DE GESTÃO
INSTITUCIONAL 2024 - 2025
Ministério Público do Estado de Alagoas

www.mpal.mp.br